



Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Vanda Maria da Cruz Esteves.

### VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

#### **a) Chamada**

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Partido Socialista** – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Joana Severino Vaz, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, Vanda Maria da Cruz Esteves e Tiago Manuel Rodrigues Pereira.

**Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta** – David da Fonseca Martins, José Manuel Albuquerque Portocarrero Canavarro, Helena Paula Mano de Almeida Coelho, Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha, Sofia de Jesus de Vidigal e Almada, Jorge Miguel dos Santos Bico, Bruno Alexandre Ganhão Vigário, João Norberto Dias Conde e Vanda de Lurdes Nunes Rafael Pombo.

**CHEGA** – Luís Filipe Aleluia Machado da Costa, Luís Miguel Leitão Maurício, Sandra Sofia de Almeida Madeira, José Carlos da Silva Ferreira, Sílvia Maria Pereira Godinho e Rui Fernando Martins Gabriel.

**Coligação Democrática Unitária** – João Paulo Rodrigues Pires e Vanessa Alexandra Vilela da Silva.

**Iniciativa Liberal** – Susana Paula Rosa Bicho.

**LIVRE** – Maria de Fátima Calado Pereira.

**Presidentes de Junta** – Bruno Alexandre Marcos Frazão (Presidente da Junta de Freguesia São Sebastião), Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Tiago Miguel Dinis Cardoso (Presidente da União das Freguesias de Azeitão), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Maria do Carmo Pato Tiago e os Srs. Vereadores: Paulo Manuel Maia da Silva, Bruno Miguel de Almeida Russo, Joel Alexandre Neves Marques, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Ana José Manita Vaz de Carvalho e Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa.

**b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada do PS apresentou Justificação de falta, Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa, por motivo de doença, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 e na alínea j) do n.º 1, ambos do Artigo 29.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Partido Socialista apresentou pedido de substituição, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documento registado sob o n.º 2, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta apresentaram pedidos de substituição, Helena Guerreiro Murta e Miguel Jorge de Sena Augusto, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 e 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentou pedido de substituição, Bartolomeu Lança Pereira, conforme documento registado sob o n.º 5, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Miguel Tiago Crispim Rosado, João Manuel Martins da Silva e Simão Monteiro Calixto, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, o Presidente da União das Freguesias de Setúbal, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, tendo sido substituído pelo Vogal Santiago Maria das Trindades Condeço, e o Presidente da União das Freguesias de Azeitão, Tiago Miguel Dinis Cardoso, tendo sido substituído pelo Vogal Gil Aires Parreira Raposo, conforme documentos registados sob os n.ºs 9 e 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

**c) Substitutos e sua posse**

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, uma vez que Vanessa Franco Sardinha Sequeira pediu renúncia ao mandato no dia 22/12/2025, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 e 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamada a cidadã que se segue na lista do SET-V 25, Cécile Ety Germaine, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, Cláudia Sofia Santos Vicente, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Ana Rute Rodrigues de Sousa Vieira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e de seguida apresentou pedido de substituição, conforme documentos registados sob os n.ºs 15 e 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

#  
12

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Fernanda Maria do Ó Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

#### **A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Como é habitual a primeira fase é o do período da intervenção do público, para o qual temos três inscrições (conforme documentos registados sob os n.ºs 18 a 20, arquivados em pasta anexa à presente ata.

**Adelina Morais** – Eu vou fazer a minha a apresentação e vou ler o que escrevi, porque parece-me que será mais rápido e mais sintético.

Boa noite, Sra. Vice-Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, senhores vereadores, senhoras e senhores. Venho a esta assembleia como moradora de um espaço denominado Salmoura, sito em Brejos de Azeitão, e como dinamizadora de um Movimento de Defesa de condições condignas para o nosso bairro. Um Movimento apartidário que culminou na Associação de Moradores AMOSALMOURA criada e registada no INR recentemente, para pugnar por direitos básicos que lamentavelmente ainda nos têm sido negados, como o saneamento básico, arruamentos condignos e limpezas de ruas.

Em consequência destas carências, temos ali problemas de mobilidade muito graves que condicionam todos os moradores, a atividade dos empresários ali sediados e de todos os trabalhadores que têm ali o seu posto de trabalho, que são algumas centenas, e parceiros empresariais, mas as condições de saúde pública em resultado de tudo isto são péssimas.

O espírito que subjaz a esta associação é o da cooperação e não o do confronto, quer com a Junta de Freguesia de Azeitão, quer com a Câmara Municipal de Setúbal e queremos acreditar que do lado dos autarcas encontraremos o mesmo sentimento, porém, avisamos que seremos firmes, perseverantes e não desistiremos de alcançar os objetivos a que nos propomos. Queremos obra e não promessas.

Ainda assim, hoje, venho a esta sessão em defesa da honra dos moradores desta zona urbana, no seguimento da resposta da Sra. Presidente às intervenções de dois dos habitantes daquele lugar, pois, disse, entre outras coisas, que havia pessoas que faziam puxadas de eletricidade de postos públicos, deixando publicamente uma marca negativa das pessoas ali residentes.

Por isso, a minha intervenção, hoje, é sobretudo esclarecer os presentes sobre a génese daquele aglomerado residencial e a situação atual, pois somos um espaço que tem sido negligenciado e é desconhecido de muitos, quase uma terra de ninguém.

Por outro lado, quero deixar claro que os moradores dali são cidadãos como quaisquer outros de Azeitão, do nosso concelho e do país.

Passo a descrever, a Salmoura é um espaço de 147,5 hectares, nunca foi uma AUGI, nem um bairro clandestino, fazia parte da Quinta de Camarate ainda existente e vendida em parcelas de 5 mil m<sup>2</sup>, ficando os seus compradores impedidos de as dividir, o que gerou algumas irregularidades, situação que prevaleceu até à elaboração do Plano de Pormenor agora existente.

A outra parte é composta por lotes pequenos, as duas têm de permeio a Rua de São Gonçalo, conhecida de muitos, e que, no inverno se torna intransitável devido ao volume de água que ali se acumula e que escorre precisamente na parte sul da Salmoura. Ou seja, do lado da serra pela inexistência de saneamento para águas pluviais, pois todo o terreno da área tem um ligeiro declive, o que prova que o projeto que está previsto implementar para a requalificação da Rua de São Gonçalo só terá sucesso se resolverem antes este problema adjacente.



Os arruamentos do bairro são amplos e paralelos, paralelos e limiães, desde pelo menos o início da década de 90 que a Câmara Municipal de Setúbal aprova projetos de construção para aquela área.

A maioria dos edifícios foram construídos à posteriori. Dou o meu exemplo, o meu processo de construção foi aprovado em 1994, paguei as infraestruturas que me impuseram, recuei o muro como ordenaram, porque a Câmara tinha alterado as regras e obtive a licença de habitação em 11 de 96. Passaram-se 29 anos, meus senhores, no entanto, a designação da minha parcela está inscrita no desenho do Plano de Pormenor e na legenda respetiva como, parcelas com processos de licenciamento e sem licenças emitidas. Que fonte indicava? Compromissos urbanísticos, Município de Setúbal 2018. Data que vem posterior à emissão da licença pela mesma Câmara. Tenho aqui a minha licença que é de 1996 e em 2018 está dada como não tendo licença.

Em 2018, segundo dados do Plano de Pormenor, 2ª fase, páginas 2, 3 de 10, da rubrica quadro da situação global, o espaço da Salmoura tinha 332 parcelas em diferentes estados que se especifica, mas que tem erros como vimos. E há outros, eu falo do meu, porque é aquele que posso justificar, mas sei que há outros erros. Como vimos hoje, há mais construções cumprindo todas as regras e há várias pessoas que querem construir na legalidade.

Informo ainda que estão licenciadas....

**Presidente da Mesa** – Dona Adelina, só para dizer que tinha 5 minutos e já vai com um minuto e meio a mais, vou pedir para ser sintética e concluir.

**Adelina Morais** – Peço desculpa.

Informo que ainda estão ali sediadas empresas de valor humano muito grande e com valores de faturação muito elevados, sito, Coca-cola, NCS STEEL SERVICE CENTER, PINHEX, Colégio Rumo ao Sucesso, o Conforto dos Avós, Vila Serena, Casa dos Caracóis, Luísa Covas e Imobiliária FIN, Construções Manuel Rodrigues Gomes, Lda., e apenas isto.

Urge, portanto, que a Câmara assuma as suas responsabilidades para a transformação daquele espaço numa zona que dê condições condignas aos seus moradores e empresas que são de cidadãos com dignidade e contribuintes do concelho de Setúbal. Mais ainda, porque foi a Coca-Cola o Colégio Rumo ao Sucesso e a empresa metalúrgica Central de Alhos Vedros, agora substituída pela NCS, que custearam parcial ou totalmente os projetos do referido Plano de Pormenor. Muito obrigada.

**Presidente da Mesa** – Agradeço a compreensão, se quiser entregar ao executivo o que acabou de ler, penso que também poderá ajudar, digo eu.

**Acácio Morais** – Vou tentar ser o mais breve possível.

Antes de mais, boa noite a todos, especialmente à Sra. Vice-Presidente, Dra. Maria do Carmo, ao Presidente da Mesa da Assembleia, senhoras e senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores aqui presentes e todos aqueles que nos vêm lá em casa.

O meu nome é Acácio Morais, moro também na Rua da Malhada, sou o marido da senhora que acabou de intervir e estou em representação da direção da nossa Associação de Moradores, designada por AMOSALMOURA, recentemente criada e já legalizada e registada no Instituto de Registos Notariais com o número de pessoa coletiva 519166655.

De salientar que a direção da AMOSALMOURA é composta, não só por moradores particulares, mas também por representantes de empresas sedeadas naquela zona, algumas de índole internacional que já faturam largos milhões de euros, valor significativo e de relevância regional e nacional, não obstante as infraestruturas inexistentes, como é sobejamente do conhecimento dos responsáveis da Câmara e da Junta de Freguesia.

Após esta breve apresentação, passo a referir algumas questões referentes ao desenvolvimento daquela nossa zona do território, até agora deixado ao abandono pelos diferentes órgãos autárquicos que são pertinentes, não só para nós, mas para qualquer cidadão responsável.

HP  
fz

Nós, tal como os senhores aqui presentes ou qualquer outro cidadão, temos o dever de pagar os impostos que a lei nos exige para deste modo contribuirmos para o desenvolvimento da nossa nação e bem-estar da população, mas também temos o direito de exigir às instituições que cumpram com as suas obrigações e os compromissos que assumem nos seus programas eleitorais.

Ora, é aqui que manifesto a minha e a nossa elevada indignação, dando como exemplo o meu caso pessoal e que a minha esposa acabou de referir, construímos a casa em 95, paguei todas as taxas e impostos que me foram exigidos, obtive a correspondente licença de habitação no ano seguinte após a vistoria dos técnicos municipais, mas até hoje, passados quase 30 anos, a Câmara não honrou os seus compromissos. É lamentável, mas é de elementar justiça que satisfaça esta execução de obra.

Dos programas eleitorais, apresentados pela senhora doutora Maria das Dores Meira, para o concelho e para a Junta de Freguesia foi mencionado, como uma das suas prioridades de atuação, o desenvolvimento das infraestruturas de saneamento em Azeitão e a criação do novo centro de resíduos, também em Azeitão. Esperemos que desta vez, finalmente, a Câmara Municipal de Setúbal cumpra o seu compromisso que há mais de 30 anos não é resolvido.

Gostava de apresentar alguns números e factos que me parecem muito relevantes para a execução desta obra e vou tentar ser sintético.

Já existe um Plano de Pormenor de Desenvolvimento Urbano da zona da Salmoura, aprovado há mais de 5 anos, ainda no tempo da gestão da Sra. Presidente Dra. Maria das Dores, cujos fundos de financiamento já estariam aprovados ou garantidos, segundo a Câmara informou naquela altura, na ordem dos 10 milhões de euros. Esse dinheiro desapareceu não se sabe por onde.

Existem, atualmente, alguns fundos comunitários de elevado montante disponíveis para o apoio a este tipo de atividades, a execução do saneamento básico e outras infraestruturas. Lembremo-nos do PT 2030.

Este programa tem alocado cerca de 23 mil milhões, dos quais apenas foram aprovados cerca de 11,1 milhões, isto é, menos de 50%, e executados em valores substancialmente inferiores de apenas 3,3 milhões de euros, isto é, 14%.

A Sra. Presidente da Agência de Desenvolvimento e Coesão, Dra. Cláudia Joaquim, referiu já este mês que o programa PT 2030 está a ser reprogramado para se acelerar rapidamente a sua utilização cabal em tempo útil.

Entre setembro de 2025 e agosto de 2026, estão programados 239 avisos para a apresentação de candidaturas num total de fundos de 3,6 mil milhões. Nesta reprogramação vai ser considerada prioritária a chamada regra de “ano mais 3”. O que é esta regra? A regra “ano mais 3” diz que são projetos a serem construídos até 3 anos após a sua apresentação ou aprovação. Esta situação pode claramente ser aproveitada para o projeto de urbanismo já existente para a Salmoura. Lembrem-se que estamos a falar num plano de obras de cerca de 3 anos, com um projeto aprovado, um plano de pormenor aprovado já há 5 anos. O relatório da Agência para o Desenvolvimento da Coesão é de novembro de 2025, muito recente, foi no mês passado, portanto, são números atuais.

A taxa de execução do programa FEDER da região de Lisboa, onde nós estávamos inseridos, a Comissão Coordenadora de Lisboa e Vale do Tejo é apenas 9,4% das verbas atribuídas, -10% do total.

A Constituição recente, em 15 de dezembro da Comunidade Intermunicipal dos concelhos da margem sul, vem permitir o mais rápido e fácil acesso aos fundos comunitários com maior percentagem de financiamento a fundo perdido.

**Presidente da Mesa** – Senhor Acácio, desculpe lá, mas tem mesmo de terminar, porque já passou um minuto dos 5 minutos, portanto, eu peço que seja mais sintético e que termine.

**Acácio Morais** – Exatamente. O projeto já existente do ligamento da Rua de São Gonçalo até à Rua dos Pinheiros, e não é até ao fim da Rua de São Gonçalo, não resolve o problema do trânsito por força das inundações em frente à Coca-Cola, como a minha esposa já falou e sobre isso, acho que tem um erro crasso, técnico para esta situação.

4  
1/2

Perante isto tudo, face ao que referi anteriormente, não há nenhuma razão para que as obras urgentes exigidas para a Salmoura não possam avançar rapidamente.

Terminei dizendo que o gabinete da Sra. Presidente da Câmara contactou-nos telefonicamente, na semana passada, para estarmos presentes numa reunião a realizar no próximo dia 13 de janeiro. Dou conhecimento que este e outros assuntos relevantes para os habitantes da Salmoura já foram apresentados à Junta de Freguesia numa reunião que tivemos no passado dia 10, da qual aguardamos o respetivo desenvolvimento, eu diria com alguma impaciência, porque há uma lixeira a céu aberto na Rua da Malhada sem solução até agora apresentada pela junta. O arranjo das ruas não há solução, há apenas uma rua já minimamente trabalhada, que é a Rua da Salmoura, todas as outras ou quase todas sem intervenção.

Criaram um Centro de Resíduos de Azeitão, promessa eleitoral como acabei de referir, não sei quando é que é limpa e quando é que acaba a lixeira na Rua da Malhada, porque é uma zona de habitação, não é uma zona fora.

**Presidente da Mesa** – Não quis cortar a palavra, porque o assunto é interessante e se as pessoas se deslocam aqui à Assembleia é também para se fazerem ouvir, mas não podemos ser muito tolerantes durante muito tempo e durante as muitas intervenções isto torna-se impraticável.

**Mário Fonseca** – Cumprimento todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Não vou falar de milhões, vou falar de sessões. Eu trabalhei em Setúbal, sou uma pessoa reformado, já tenho 67 anos e tenho tempo para me interessar pela vida das pessoas como eu, e o que eu começo a perceber é que vim viver para a cidade da troika, porque não se aprovam medidas que são importantes para as pessoas. Setúbal, tem uma restauração fantástica e adoro Setúbal também pela restauração, eu estive cá nos anos em que Setúbal era a terceira cidade do país e agora percebo porque é que já não é sequer a principal cidade do distrito. E o que é que eu tenho a dizer? É que estou desiludido, porque vejo cortes, vou dar um exemplo, se eu quiser ir Mercado do Livramento, vou lá para comprar as minhas coisas do dia a dia ou para almoçar e tenho de pagar o estacionamento.

Agora o que é que quero saber? Coisas interessantes para as pessoas e para os cidadãos, vai acabar o contrato de estacionamento? O que é que se vai fazer em relação ao contrato de estacionamento? Foi feito 4 dias antes de acabar o mandato pelo Sr. Presidente da Câmara e gostava de saber, para ficar na cidade, o que é que vai ser feito? Porque na última reunião de Câmara, onde estive presente, não se aprovou o passe, porque eu posso, por exemplo, utilizar o passe por 170 mil euros.

Na cidade de Setúbal e na baixa da cidade, eu agora percebo porque é que durante a semana há lugares nos parques em todos os sítios e não há zonas para que eu ou outros, se trouxermos o carro para a cidade, porque também tenho direito a vir ao centro da cidade, estar 2 horas a confraternizar com amigos no centro da cidade. Quero saber o que é que se vai fazer em relação ao estacionamento e quero saber porque é que não se aprova uma medida para as pessoas de idade, a exemplo de muitas câmaras, que tenham acesso ao passe grátis, porquê? Os autocarros andam todos vazios e se a Câmara gasta muito dinheiro com participações é porque as carreiras não são as corretas ou por outros motivos. Porque eu vou muitas vezes à minha cidade, que é Lisboa, que também é a cidade da Sra. Presidente da Câmara, e o que é que acontece? O passe social é importante para nós, porque ir a Lisboa custa 40/50 euros. Se eu morar em Lisboa, tenho passe, a morar em Setúbal tenho de comprar o passe. Esta é que é a grande diferença.

Fiquei, também, surpreendido, porque percebi que a Câmara está a fazer cortes a todos, como nas refeições para os jovens e tudo. Portanto, eu vim para a cidade da troika, vim para a cidade dos interesses, pelos vistos, e então eu vou ter de sair de cidade.

Vejo a restauração vazia e sou confrontado agora também com uma coisa fantástica, prometeram mundos e fundos e quero saber o que é que se vai fazer aqui na zona da Praça de Touros, porque aquilo está uma vergonha. Eu moro no outro lado na avenida e vejo, aquilo é uma vergonha, estão a nascer lá habitações, aquilo é uma zona que está completamente abandonada e gostava de saber o que é que se vai fazer ali. Porque é que se compra uma Praça de Touros por 4 milhões de euros e está ali há não sei quantos anos, 6 ou 7, e não há ideias? É que quando se é eleito é para se ter ideias.



Como gosto de Setúbal, como adoro a restauração de Setúbal, quero saber com o que posso contar e eu sou português, tenho direito a viver em Setúbal e dizer que não se aprova o passe municipal, porque os estrangeiros vão utilizá-lo, é uma falsa questão e é uma mentira.

Boa noite a todos, vou continuar a lutar por Setúbal, esta cidade é fantástica a todos os níveis, a praia, o sol... vamos é ter ideias e vamos mudar Setúbal.

**Gil Raposo (Vogal da União das Freguesias de Azeitão)** – Muito obrigado Sr. Presidente, cumprimentá-lo e através de si e da Sra. Vice-Presidente todos aqui presentes e quem nos acompanha em casa.

Quero, obviamente, dar aqui uma palavra à Sra. Adelina e ao Sr. Acácio Morais em relação à questão que foi aqui levantada por parte da Salmoura. Dizer que, obviamente, temos total noção das condições indignas em que está neste momento a Salmoura e até estendo a questão de quem vive na envolvente da Estrada de São Gonçalo, e temos, também, total noção dos constrangimentos que esta falta de infraestruturas leva, quer seja, até, para além do vosso quotidiano, a questão de acesso por parte de ambulâncias, por parte de utentes dos estabelecimentos de ensino e por parte de lares, como também os constrangimentos que são gerados ao nosso tecido empresarial que lá se encontra.

Reiterando aquilo que foi dito aqui na última sessão por parte do Sr. Presidente, Tiago Cardoso, há que ter consciência que não é uma competência da Junta de Freguesia, nem a mesma detém recursos e meios para poder efetuar uma intervenção desta dimensão. No entanto, não é uma promessa, até já o demonstramos, já nos reunimos e demonstramos ao longo desta semana até mesmo junto da Câmara Municipal, que estamos presentes e estamos disponíveis para colaborar também com a Câmara sempre que solicitados. E até, como já foi dito pela Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal na última sessão, como é da própria experiência e conhecimento do Sr. Presidente nós estaremos juntos e, obviamente, teremos também do vosso lado até que realmente sejam asseguradas as condições que são legítimas.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Vice-Presidente da Câmara, restantes membros do executivo, caríssimos colegas deputados municipais, público que está hoje aqui presente e também o público que nos acompanha pelos meios à distância.

Eu quero, em primeiro lugar, felicitar a comunidade da Salmoura por se ter constituído enquanto associação, é um aspeto formal, mas que reforça os laços dessa comunidade e as pretensões que ela mesmo detém relativamente aos assuntos que nos foram expostos. Saudar, também, o facto de o executivo brevemente ir receber essa mesma associação ou os seus representantes e fica aqui também o compromisso desta bancada que o assunto não fica esquecido e que seja possível resolver os problemas que nos apresentaram.

**Vice-Presidente da Câmara** – Boa noite a todos. Estou um bocadinho afónica, se não me ouvirem, digam.

Eu vou responder conjuntamente ao casal que representa a Salmoura. Claro que têm todo o direito a ter todas as infraestruturas, como também têm todo o direito de vir aqui colocar as vossas questões.

Eu, por acaso, conheço bem a zona da Salmoura, porque nos anos 90 eu já trabalhava aqui, trabalhava com o PS, trabalhei com a CDU e agora estou no Movimento Independente, trabalhei com todos e até com o PSD, e sei perfeitamente a dificuldade que nós tivemos em chegar ao Plano de Pormenor.

Ora bem, não é uma AUGI, mas é uma divisão em quintinhas e que era um fracionamento em quintinhas de 5 mil metros, que depois terminou, a lei teve de acabar com isso, porque as pessoas compravam 5 mil metros sem qualquer infraestrutura e achavam que tinham direito a construir a sua casa e foi isso que aconteceu, porque conheço bem os processos.

O que é que acontece? Acontece que, nessa altura, se a pessoa tinha uma propriedade e se queria construir uma casa a Câmara era permissiva, se calhar não deveria ter sido, e licenciou as primeiras casas na década de 90, recorrendo a fossas sépticas, que é uma coisa que hoje já não é possível. Ainda bem que não é possível, porque se estamos a falar de ambiente e de fundos comunitários para o ambiente, não podemos pactuar com isso, claro.



É verdade, eu sei, que passamos algumas licenças de utilização, mas começaram a proliferar construções clandestinas e é verdade o que a Sra. Presidente disse, não estou a dizer que é o caso da senhora, mas é verdade, nós temos relatos que houve pessoas que nem sequer iam à Câmara para legalizar a casa, nem sequer pôr o projeto, porque não tinham dinheiro para o projeto e faziam puxadas. Faziam sim senhor. E mais, agora reporto-me somente à Rua da Salmoura, isto é muito mais amplo, não tem fim, cada bolinha destas são situações.

Neste momento, não obstante, a Câmara ter de alguma maneira licenciado construções com algumas fossas sépticas, mas depois a Câmara construiu o saneamento e essa rua já tem saneamento.

*Ouve-se um burburinho de fundo.*

**Presidente da Mesa** – Deixem ouvir a intervenção da Sra. Vice-Presidente até ao fim. Muito obrigado.

**Vice-Presidente da Câmara** – O Plano de Pormenor foi aprovado em 2020, é verdade isso que estão a dizer, é complicado conseguir reunir as pessoas, é verdade que a Coca-Cola ajudou, é verdade que o Rumo ao Sucesso ajudou, é verdade que o Conforto dos Avós ajudou na elaboração de alguns projetos, e os outros foi a Câmara. Obviamente que teve de acompanhar, porque a Câmara quer resolver esta situação e foi dado um passo grande.

A Sra. Presidente saiu em 2021, agora são assacadas todas as culpas à Sra. Presidente, Maria das Dores Meira.

O que acontece é que o Plano de Pormenor foi aprovado em 2020 e ela saiu em 2021, e, efetivamente, no decurso destes anos sei, porque também tive acesso, a não ser que os serviços tenham dado informação errada, mas acho que não, é uma informação que eu tirei do CIC, neste momento já temos 16% das construções licenciadas. Mesmo nas que estão licenciadas, eu mandei lá a fiscalização e sei que é verdade, têm obras ilegais dentro das tais casas que têm licença de utilização.

Todas as pessoas fazem a casinha no quintal, fazem o que lhes apetece e não vêm à Câmara legalizar. O que acontece é que, parte destas edificações que lá estão não pagam nem IMI e nem pagaram o TRIU e são essas contas que o senhor Acácio Morais falou dos tais milhões. Foi uma conta que foi feita pelos técnicos da Câmara onde se menciona que têm lá “X” construção e que “X” metros quadrados dão estes milhões, isto chega para fazer as infraestruturas.

A questão é que começaram agora fazer as infraestruturas, e da informação que eu tenho é que já foram feitas algumas infraestruturas e assim que vieram à reunião de Câmara, embora nós só estejamos cá nem há dois meses, mas vieram aqui as pessoas à reunião de Câmara e colocaram a questão. Eu conheço a questão, porque já fui lá ver, também moro em Azeitão e também vou numa terra batida, é uma coisa horrível de facto e pago o IMI mais caro de Azeitão.

Acho que todos nós temos direito a ir para casa sem buracos, agora, estamos a trabalhar nesse sentido, estamos a trabalhar bem nesse sentido, mas Roma e Pavia não se fizeram num dia. Assim que vieram à Câmara e colocaram a questão, imediatamente marcamos a reunião para o dia 13, foi quando se conseguiu conciliar as agendas. Queremos ouvi-los, queremos estar convosco, eu lembro-me perfeitamente desta associação de moradores, é gratificante ver que as pessoas, de facto, se juntam para fazer ouvir a sua voz, isso é importante e vamos resolver esta situação em conjunto, todos em conjunto.

Quanto à lixeira na Rua da Malhada, o vereador Bruno Russo já anotou, isto é uma coisa que realmente existe ultimamente em Azeitão e acontece muito. Havia lá um centro de recolha perto dos Bombeiros, não sabemos e estamos a ver, porque é que o anterior executivo fechou, uma vez que quando fechou começou haver lixo por todo o lado, é um facto, e estamos a tentar resolver. E como acabei de dizer, estamos cá há menos de 2 meses.

Em relação a isto resolveremos tudo na reunião que vamos ter, também estarei presente com os elementos para ver se há aqui algum erro. Vamos ver, até porque andam lá obras e vamos resolver, obviamente que sim.

Quanto ao senhor Mário Fonseca da troika, olhe dou-lhe toda a razão, de facto, estamos em período troika, porque nós temos uma dívida de milhões e temos que apertar o cinto. Realmente é uma mini troika aqui em Setúbal, porque temos uma dívida abissal.

Quanto à questão do passe, o senhor já tem um benefício que é aquele benefício geral dos mais de 65 anos, a nossa posição na última reunião, e não quer dizer que nós não retomemos isto, foi porque encontramos uma dívida do anterior executivo que deu este benefício, mas não pagou, temos a dívida para pagar de 50% de 2024 e em 2025 não pagou nada e temos essa dívida para pagar. Nós não demos a benesse, mas vamos ter de a pagar e tal como a Sra. Presidente disse na última reunião, vamos retomar isto, vamos ver, aliás, com o acordo de alguns vereadores vamos voltar a este assunto nas próximas reuniões do executivo.

Quanto à Praça de Touros, temos um projeto ainda feito no tempo da Dra. Maria das Dores Meira, um projeto feito por um arquiteto de renome aqui de Setúbal para ser um espaço multiusos. É um projeto muito interessante que agora tem de ser concluído, mas têm de ser feitos os projetos de especialidades. Ele tem um projeto de Arquitetura, mas agora têm de ser feitos os projetos de especialidades.

Quanto à ocupação, eu mandei lá a fiscalização, mas foi falso alarme. Foi lá a polícia, foi lá a fiscalização e não se encontrou lá ninguém e creio que o vereador mandou emparedar uma parte que lá estava enquanto os projetos não se fazem, porque nós não podemos começar as obras sem ter os projetos.

**Vanessa Silva (CDU)** – Boa noite, Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidente, através de vós cumprimento todos os eleitos e também todos os senhores munícipes que nos acompanham.

Agradecemos muito as intervenções que aqui foram proferidas pelos senhores munícipes, naturalmente, procuraremos também acompanhar os assuntos que aqui nos trouxeram, mas não deixamos de ouvir as palavras da Sra. Vice-Presidente que aqui corroborou a ideia de que se vive em troika, porque não há, no fundo, a sustentabilidade financeira, há uma dívida muito elevada.

Mas gostaria, também, de vos informar que foi este mesmo executivo municipal que hoje inscreveu um ponto na ordem de trabalhos sobre a participação variável de IRS para o ano 2025, em que prescinde de uma parte da receita do município, portanto, prescinde de uma parte da verba que poderia ser alocada a este e a outros projetos.

## **B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS**

#### **a) Interpeleções ao Executivo**

**Presidente da Mesa** – Houve uma proposta que foi feita à Mesa para alterarmos a ordem da apresentação da moção e da resolução, para se apresentar primeiro a resolução e depois a moção. Penso que nada obsta, é apenas uma troca de ordem, ninguém se opondo está atendido o pedido.

Antes de passarmos às intervenções, quero dar duas informações que interessa aqui aos membros da Assembleia, no mês de janeiro vamos realizar duas sessões extraordinárias, mas são duas sessões eletivas, vamos eleger o Presidente da CCDR e da AML. Ou seja, vai haver uma eleição indireta para o Presidente e de um Vice-Presidente da CCDR, que vai decorrer no dia 12 de janeiro, entre as 16 e as 20h, a assembleia é aberta às 16h e durante este período os deputados passam por aqui e votam, é uma assembleia eletiva.

Para a eleição da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa para o mandato 2025/2029, vai decorrer no dia 19 de janeiro, entre as 19 e as 21h.

Nesta última só os elementos da Assembleia Municipal votam, mas na primeira, no dia 12, são os deputados municipais e todo o executivo, portanto, os senhores vereadores também.

**Manuel Fernandes (PS)** – Obrigado Sr. Presidente, cumprimentar todos, boa noite Sra. Vice-Presidente, é a primeira vez que lhe dirijo a palavra, é um prazer.

Senhora Vice-Presidente, no passado dia 11 de dezembro saiu no edital do município a abertura de candidaturas para a aquisição de habitação a custos controlados no loteamento Nova Azeda, importa referir que esta abertura de candidatura decorre de uma deliberação 056/2024 aprovada na Assembleia Municipal que se realizou no dia 27 de setembro de 2024. Gostaria apenas de, e para ficar em ata, referir que apenas quem votou a favor foi a CDU, o PS e o PAN.

Nesta deliberação ficou provado que se construiriam 168 fogos de habitação a custos controlados, seriam 24 fogos por lote, agora estão abertas inscrições para apenas 145 fogos, são menos 23 fogos do que aquilo que estava previsto na tal deliberação.

A primeira pergunta impõe-se, qual a razão para a diminuição do número de construções?

A abertura de inscrições tem uma janela temporal também bastante curta, os cidadãos têm até ao próximo dia 30 de dezembro, portanto, tiveram 15 dias e só lhes resta uma semana para se poderem candidatar/inscrever, qual a razão de um tempo tão curto para a inscrição? Existe alguma razão que obrigue a que as inscrições tenham que terminar no final do ano ou tem ideia de quantas candidaturas, por exemplo, já estão formalizadas até ao dia de hoje?

Por último, quais os requisitos diferenciadores das candidaturas? Os requisitos que determinam as condições das candidaturas são os que já existem para a possibilidade de candidaturas para a aquisição de habitação a custos controlados, como ser residente há pelo menos 2 anos, trabalhar há 5 anos, pelo menos ter NIF no concelho e candidatar-se nos prazos estabelecidos pela Câmara, mas, tendo em conta que são 145 fogos e se de repente se deparar com 400, 300, 500, sei lá, mais do que os 145 fogos, tem de haver aqui critérios diferenciadores, não existindo elas ou não sendo do conhecimento, Sra. Vice-Presidente, era saber o que é que está previsto?

**Vanessa Silva (CDU)** – Também dirigir uma questão ao executivo municipal na pessoa da Sra. Vice-Presidente, chegou ao conhecimento dos eleitos da CDU um conjunto de informações sobre o fim, a partir do início de 2026, de um conjunto de medidas no contexto da ação social escolar e gostaríamos de saber se é verdade, se nos confirmam esta informação.

A informação que nos chegou diz respeito ao fim da isenção de pagamento das atividades de animação e de apoio à família para as crianças que se encontram nos escalões A e B na educação pré-escolar, bem como a isenção do pagamento de refeições escolares para os alunos beneficiários do escalão B do pré-escolar ao ensino secundário e a isenção do pagamento das refeições escolares e das atividades de animação de apoio à família para os alunos com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente certificado através do atestado médico de incapacidade multiuso. Gostávamos de perceber se é verdade esta informação, porque estranhámos bastante, tendo em conta que está a ser colocado que isto se deve à situação financeira do município. Surpreende-nos, porém, que este tipo de corte na ação social escolar de quem só é beneficiário quem é, de facto, carente socialmente e desfavorecido, mas depois se apresentem medidas a prescindir de receita do município na ordem de trabalhos desta reunião e queríamos perceber se isto se confirma. Obrigada.

**Helena Coelho (SET-V 25)** – Ora, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Vice-Presidente, senhores vereadores, deputados municipais, senhoras e senhores que nos acompanham também através de *streaming*.

Em menos de dois meses de mandato, a nossa Presidente, Dra. Maria das Dores Meira, demonstrou de forma clara e inequívoca uma capacidade política e institucional que muito honra Setúbal.

A instalação da sede da CIM, a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, com sede no nosso concelho, representa, eu diria, que um marco enorme afirmando Setúbal como uma referência regional.

A este resultado soma-se a sua eleição como Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, a nível nacional, a nossa Presidente da Câmara integra agora os órgãos diretivos da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Eu diria que são espaços de decisão, onde apenas quem reúne credibilidade, reconhecimento e respeito institucional consegue estar.

Estes factos traduzem prestígio, traduzem liderança, traduzem uma notável capacidade de diálogo e de negociação, mas, sobretudo a capacidade de fazer, acontecer, são conquistas que valorizam e trazem Setúbal de volta e que reforçam a sua posição, quer a nível regional, quer a nível nacional.

Gostaríamos de deixar aqui registado o nosso orgulho. Muito obrigada a este elenco e muito obrigada à nossa Presidente, Dra. Maria das Dores Meira.

**José Ferreira (CH)** – Boa noite, cumprimento a si, a restante Mesa da Assembleia, o executivo representado pela vereadora Maria do Carmo, todas as bancadas e o público aqui presente.

Tenho aqui algumas situações que ia passar a reportar, na Avenida Soeiro Pereira Gomes verifica-se a existência de alguns postes de iluminação pública completamente envolvidos pela vegetação, bem como a falta de iluminação na Rotunda do Pinheiro, situação que compromete a segurança rodoviária e pedonal. Acresce ainda a falta de alcatrão e o mesmo em algumas zonas que se encontra a levantar claramente devido à ação de raízes, criando assim irregularidades perigosas na via.

Também na Rua das Manteigadas existe dois postes, um da E-redes e outro das telecomunicações, sendo que este último apresenta cabos já caídos, levantando o receio real de queda dos próprios postes para a faixa de rodagem com o risco evidente para quem ali circula.

Aqui bem perto, na baixa de Setúbal, junto ao estabelecimento comercial “O Guimarães”, apesar de já ter sido intervencionado, recentemente a calçada voltou a ceder e atualmente já não existe apenas um, mas dois buracos em locais distintos dessa rua que agora encontram-se atualmente sinalizados com caixas de cartão, como forma de chamar a atenção para os transeuntes, evitando assim algum risco de queda.

Depois quero dar conta da necessidade de intervenção nas passadeiras na Avenida dos Combatentes, uma delas em frente ao estabelecimento HIPERCHINA, recentemente afetado por um incêndio, e a outra no cruzamento desta avenida com a 22 de Dezembro. É uma zona com alguma circulação pedonal e que nas condições em que estas se encontram atualmente representam também risco evidente para quem ali passa.

Por último, uma situação que considero insólita, pela forma como se tem arrastado no tempo, refiro-me à vedação do miradouro na Rua Senhor Jesus dos Aflitos, no Bairro dos Pescadores, que necessita de uma reparação. Este problema é conhecido desde o final de 2024, ainda durante o mandato do Sr. Presidente da União de Freguesias, Rui Canas, o qual se manteve sem qualquer intervenção durante o restante mandato cumprido pela Sra. Fátima Silveirinha e continuou ignorado até aos dias de hoje, apesar de várias solicitações que fiz enquanto eleito na Assembleia de Freguesia. Estamos a falar de um espaço público, onde a falta de manutenção pode ter consequências sérias e o que tiro desta situação toda é uma falha prolongada de resposta que atravessou mandatos sob mandatos, sem que tivesse sido tomado qualquer medida concreta.

**Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)** – Muito boa noite a todos.

Algumas questões são importantes e há bastante tempo que andamos a lutar contra elas e não temos conseguido.

A primeira situação é sobre a falta de proteções que existe na variante Mitrena/Casas Amarelas, na zona da Quinta da Serralheira e no Vale Ana Gomes. Há habitações a cerca de 25 metros da via rápida e isso só tem proteções junto à ponte que liga o loteamento à Rua Quinta da Serralheira. Nunca tivemos resposta da parte da Brisa, só tivemos a resposta que deu entrada a esta questão e peço aqui à Sra. Vice-Presidente que possa interceder junto da Brisa para ver se conseguimos ultrapassar esta situação.

As outras questões têm a ver com as Infraestruturas de Portugal e tem a ver, acima de tudo, com a necessidade urgente de ver a possibilidade de se construir duas rotundas, uma no cruzamento do Vale da Rosa e outra nas Pontes, frente à farmácia.

Também a necessidade de se construir três passadeiras na Nacional 10, eu sei que isto é difícil, e as informações que temos das Infraestruturas de Portugal é que não é possível, mas tem que se arranjar uma solução, porque atravessar a Estrada Nacional 10 à frente do IBIS, junto ao Centro Empresarial Sado Internacional e também frente ao “Flor das Pontes” é bastante grave. Eles dizem que, em termos técnicos, é difícil, que na passadeira as pessoas depois não respeitam, mas tem de se arranjar uma solução.

Outra questão que coloco aqui e que também já pedimos e não nos responderam, é a necessidade de se colocar dois abrigos de passageiros junto ao Centro Empresarial Sado Internacional. Precisamos de ter autorização da parte das Infraestruturas de Portugal para os colocar e depois que alguém assuma a responsabilidade de fazer aí a passadeira e colocar lá a iluminação pública.

**M.ª João Palma (PS)** – Peço licença ao Sr. Presidente e à Sra. Vice-Presidente que vou passar uma gravação áudio e que peço a atenção de todos para este som.

Eu acho que todos conseguem ouvir e passo a explicar do que se trata, trata-se de uma das salas da Escola EB 1, das Amoreiras, mais concretamente da sala de Unidade de Autismo das Amoreiras onde chove. Tenho aqui mais três áudios, mais três imagens das condições em que se encontra aquele estabelecimento de ensino.

A questão que nós colocamos, é se os senhores têm conhecimento de que a unidade está encerrada por falta de condições de utilização da sala e que outras salas estão exatamente nas mesmas condições e que as crianças estão a frequentar as aulas de galochas, de kispós vestidos, de gorros, porque as condições são quase insustentáveis para os dias que correm.

Gostava, também, de reforçar a questão que foi colocada pela deputada Vanessa, quanto à carta que circulou dirigida aos encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage relativamente a algumas suspensões de apoios dados às famílias.

**Luís Costa (CH)** – Cumprimento, o Sr. Presidente da Assembleia, a Sra. Vice-Presidente, o restante executivo, senhores e senhoras deputadas.

Complementando a questão de queixa, é verdade aquilo que a senhora deputada disse, sim senhora, mas ainda há muito mais, o Liceu, por exemplo, também é um caso muito bonito por fora, mas chove mais lá dentro do que cá fora e quem passa não se apercebe do que é que está a acontecer.

Portanto, antes de começarmos a gastar dinheiro em recuperar, se calhar, a Praça de Touros, temos de pensar primeiro nas verdadeiras prioridades, porque o dinheiro não chega para tudo, ou então o IRS que, neste momento estamos a prescindir e que também faz falta às pessoas, mas não podemos, também, estar sempre a sacar aos mesmos para depois aplicar noutras coisas que, de facto, não são prioritárias.

Eu tenho aqui mais alguns casos, continuando nesta senda, na Rua Mártires da Pátria, junto à Igreja da Anunciada, existe um buraco onde diversas viaturas ficaram de algum modo danificadas. Claro que a Câmara paga, não se sabe é quando, mas a Câmara não tem de pagar, tem é que ter as coisas em condições para as pessoas poderem transitar e, sobretudo, quem lá for reparar fazer com qualidade, não é reparar num dia e uma semana depois está outro buraco mais ao lado. Assim como também pessoas que caem, que ficam sem dentes ou partem as pernas.

Isto é bom, eu percebo, para os osteopatas, para os ortopedistas e para os dentistas, mas tem de se acabar, tem de se tomar atenção e tem de se saber onde é que andam os ditos fiscais da Câmara, porque eles sim têm de ver este tipo de situações. Há viaturas para tudo, eles nem vão a pé, vão de carro e passem pelas estradas, deem a volta pela cidade e vejam como está degradado, de facto, a nossa cidade.

Outra, que por acaso verificarmos hoje de manhã na Rua das Andorinhas a inexistência de passeios para peões, o que existe são guias de transporte de águas fluviais feitas rudimentarmente de calçada portuguesa. Os próprios habitantes para poderem entrar em casa, tiveram de fazer um pial, logo aquela aquelas vias rudimentares ficaram deturpadas da sua função, porque cortam as guias de água. Depois, as pessoas estacionam os carros em cima dessas guias, as pessoas não conseguem muitas vezes entrar dentro das suas casas, porque nem sequer há estacionamento. Quem meteu lá o asfalto ou o alcatrão, ou como queiram chamar, limitou-se apenas a aumentar a altura da estrada e o que está cá em baixo, parece-me uma profundidade absurda, nomeadamente para pessoas que ali moram e que são, sobretudo idosos. E atenção, porque nós temos mesmo muitos idosos.

Por último, quero aqui falar sobre as Cáritas Diocesanas na Praceta Teófilo Braga. Nas Cáritas Diocesanas são fornecidas refeições, assim como o tratamento de roupa a muitos sem-abrigo, alguns com problemas de alcoolismo e toxicodependência.

Não colocamos em causa a importância que esta entidade tem na vida destes cidadãos, no entanto, e devido à forma como as referidas refeições são disponibilizadas aos beneficiários, onde esses não possuem um espaço físico para consumir, fazendo do espaço público de refeitório e deixando ao longo desta e outras artérias restos de comida, bem como as embalagens.

Eu próprio já presenciei várias vezes quando estaciono no meio da avenida, em que fazem do meu carro uma espécie de mesa de piquenique e depois sou eu que tenho de deitar fora os restos. Não me aborrece deitar fora, agora, eu sou setubalense e faço tudo por Setúbal, mas o estrangeiro vem cá à espera de ver uma cidade limpa e bonita. Aliás temos ali um senhor que acabou por dizer precisamente isto.

Também há recorrentes episódios de violência, desacatos e mendicidade junto de comerciantes, de residentes daquela zona e de turistas que visitam a nossa cidade.

Sendo Setúbal, um concelho vocacionado turisticamente, questionamos se não fará sentido alterar a forma de aplicação deste apoio social que valorizamos, repito, e não colocamos em causa, mas a bem da segurança e qualidade de vida de quem reside, trabalha e nos visita entendemos que este deverá ser realocado, assim como equacionado, de facto, falar com a entidade que gere este espaço.

Afirmamos que o grupo municipal do CHEGA promoveu, não há muito tempo, uma reunião com a Diocese de Setúbal, onde, entre outros temas, debatemos precisamente este, à qual percebemos que a preocupação era comum. É uma questão de falar com quem gere este espaço se estão abertos a poder mudar para outro sítio e nós, ao mesmo tempo, ficamos com um espaço mais digno. Não é esconder o que está mal aqui na nossa cidade, nós temos muita coisa mal, é uma questão de fazê-la parecer mais bonita, embora ela continue feia, porque estamos aqui a mudar de espaço para um outro espaço, o mal que, de facto, esta cidade tem.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Os meus cumprimentos a quem está na sala e a quem nos acompanha em casa. Senhora Vice-Presidente tenho aqui dois assuntos que coloquei ao anterior executivo, sobre os quais não obtive resposta e que gostaria que fossem apreciados por este executivo.

Um diz respeito ao nicho em Aldeia Grande e o outro diz respeito a um assunto de uns ares condicionados na Avenida Soeiro Pereira Gomes, que foi tratado sempre como um problema de urbanismo, mas que nós entendemos que é muito mais um problema social e várias vezes apelámos ao anterior executivo para o tratar desse ponto de vista social, porque envolve dois idosos com mais de 90 anos e não tivemos uma resposta à nossa última interpelação por escrito.

Pergunto à Sra. Vice-Presidente se acha melhor ficar com os papéis ou que eu volte a apresentar por escrito? Posso fazê-lo, mas por facilidade processual, se quiser ficar com as cópias, eu poderia entregar aos seus serviços.

O terceiro assunto tem a ver com o terminal rodoviário da Várzea, que também já foi objeto da minha intervenção por duas vezes no anterior executivo. Aquele terminal rodoviário foi inaugurado a 11 de fevereiro de 2021, vai fazer 5 anos e não tem, em nosso entender, as condições adequadas de funcionamento. Não tem uma sala de espera, porque quem fica à espera dos autocarros fica à chuva, às intempéries, ao mau tempo, não tem uma casa de banho como deve ser, tem uma daquelas que se mete uma moeda e que se paga 50 cêntimos e só dá para uma pessoa que pode lá ficar 15 minutos e se houver mais pessoas a querer ir à casa de banho não existe alternativa. Achamos que é altura de fazer uma sala de espera e casas de banho para dotar aquele terminal com as condições mínimas de funcionamento.

**Luís Maurício (CH)** – Boa tarde, Sr. Presidente e desejar um bom Natal, boa tarde Sra. Vice-Presidente, senhores vereadores, senhores deputados e boa tarde a quem nos ouve lá em casa e ao público aqui presente.

Senhora Vice-Presidente, venho por este meio, solicitar alguns esclarecimentos, foi esta semana aprovada na Assembleia da República uma recomendação para a conclusão do passe navegante para a travessia de Troia, como é do conhecimento de todos trata-se de uma recomendação não vinculativa, dependente da concretização exclusiva da vontade política do Governo. É bom que isso fique esclarecido a quem nos ouve em casa e a quem está aqui, que não é vinculativa.



Nesse sentido, gostaria de saber que tipo de diligências ou pressões institucionais o executivo municipal pretende desenvolver para defender os interesses dos setubalenses e garantir uma travessia mais justa e acessível.

Por fim, igualmente o ponto de situação relativamente ao problema do pedregulho da Praia da Figueirinha, uma questão que continua a preocupar os munícipes e utilizadores daquele espaço.

#### **b) Intervenção do Executivo**

**Vice-Presidente da Câmara** – Começando pelos fogos de custos controlados, acho que foi a primeira questão.

De facto, em relação a estes 145, o que é que aconteceu? Eu na anterior reunião de Câmara não tinha ido ver ainda o processo. Fui ver o processo e, de facto, os lotes como a Câmara os desenhou não conseguia meter lá os carros, os lugares de estacionamento na cave suficientes para aquele número de fogos. Então, para não se perder mais tempo, o que é que a pessoa que comprou fez? Pediu uma alteração às especificações do alvará de loteamento, refez os lotes para garantir o estacionamento, ficou com uma parcela de terreno sobrance e está a comprar o terreno do lado para juntar e fazer mais fogos.

Disse-me que queria fazer ainda mais, não ficava só nos 168, está disponível para comprar os outros terrenos do lado que a Câmara permutou com as pessoas da Várzea, que teve de tirar da Várzea e diz que vai continuar a fazer custos controlados se a Câmara o permitir. Não estou a ver nada contra. Daí só estarem 145, em vez dos tais 168 que está na deliberação.

A questão de não haver um regulamento, são só as regras do Decreto-lei dos custos controlados, a Câmara omitiu não disse que tinha que haver um regulamento, disse que tinha que haver era uma lista. Tal como eu já expliquei, deixaram-me esse menino nos braços, e o senhor promotor, o comprador pediu reuniões a mim e à Sra. Presidente que ia desistir do negócio, porque isto já vem desde 2023 e não despacham e que tinha de fazer as infraestruturas, tinha de começar.

Então, fomos ver as deliberações, tenho o parecer e peço desculpa que já pedi para enviar e quando vinha para aqui é que vi que ainda não o tinham feito. Pedi ao meu gabinete, porque tenho estado meio adoentada, mas pedi-lhes para mandar, mas amanhã sem falta chega lá. Também posso fazer chegar aos gabinetes dos outros partidos.

Há uma omissão na deliberação que não diz que tem que ser através de um regulamento, o único critério que lá está é a Câmara fornecer uma listagem, para não perdermos mais tempo, mas das duas uma, tínhamos duas opções, ou voltávamos com o negócio para trás e não havia custos controlados, uma vez que o promotor estava a dizer que não esperava mais tempo, porque também sabia, por outras experiências de outras câmaras, perfeitamente o tempo que leva um regulamento a redigir, a fazer, a ser aprovado e entrar em vigor e por aí adiante. Então, o critério que ficou no tal edital, foi a tal lista que a Câmara tem que apresentar ao promotor, porque a Câmara apresenta uma lista e aquilo é dele e ele é que faz o negócio, a Câmara só fiscaliza. A Câmara não vende uma coisa que já vendeu, a Câmara vendeu os terrenos e quem vai vender é o promotor, a Câmara fornece a lista e fiscaliza.

A lista tem dois critérios, residir em Setúbal e o outro é a ordem de entrada, porque os outros critérios são os da Lei. O que é que a lei diz? Por acaso, como estou a fazer vários outros regulamentos na habitação social, na última reunião disse que eram 15 anos, mas não são, são 25 anos. A pessoa que comprar uma casa destas, não a pode vender durante 25 anos, este ónus fica registado na Conservatória para não poder alienar, se, por razões ponderosas, uma morte, a pessoa quiser vender e precisar de vender, pede à Câmara e tem de aplicar a mesma fórmula. Ou seja, estes valores são calculados com aquela fórmula da portaria dos custos controlados, uma pessoa compra e fica 25 anos lá, não pode vender durante esses 25 anos, mas se quiser vender aplica a mesma fórmula. Estes são os critérios.

Adiantar que já vamos em mais de 500 inscrições, depois temos que fazer uma triagem, porque segundo o que me disse o meu gabinete, há pessoas que vão lá entregar em papel, há pessoas que não moram em Setúbal e insistem em entregarem. Têm vindo e-mails de todo o lado e esses são logo excluídos.

Portanto, no total são cerca de 500 inscrições, não sei o número exato, mas sei que são cerca de 500, mas muitas serão excluídas, com certeza, porque não cumprem os critérios.

O edital refere os demais critérios, não há regulamento, mas há os critérios, aqueles que são diretos.

Vamos fazer a tal triagem, vamos fornecer a lista, vou trazer a lista para informar a Câmara, quando ela estiver concluída, e vamos fiscalizar se aquelas pessoas da lista são as que vão comprar, mas poderão não ter condições para comprar, porque aqueles preços são uns preços razoáveis, mas daquelas pessoas que se inscreveram podem existir aquelas que não têm crédito bancário e não poderão comprar.

Tudo isto tem de se ver, tem de se fiscalizar, nós temos de seguir isto a par e passo. Também já me disse a empresa, porque depois falei com a empresa, que está a pensar construir mais habitações a custos controlados em Setúbal, porque tem essa vocação, já fez isso noutros concelhos, mas não podia e não queria era estar mais tempo à espera do regulamento e dissolvia o negócio. Em relação a esta questão é o que tenho para dizer.

Em relação à Ação Social Escolar, como sabem este pelouro é da Sra. Presidente e estamos cá há menos de dois meses, é que tem havido imensas reuniões com toda a gente e a informação que tenho é que não houve cortes nos apoios sociais às escolas, houve apenas a finalização das medidas de apoio extraordinárias. Houve medidas extraordinárias quando foi do COVID e agora, ao fim de 4 anos, cessaram essas medidas. Ao cessarem essas medidas, efetivamente os alunos do escalão B da SASE passam a pagar 50% das refeições, o 1º e 2º escalão dos alunos do prolongamento também passam a pagar os 50% e nas visitas de estudo era dado um apoio de 20 euros aos alunos do escalão A e B e agora os do escalão B passam a ter um apoio apenas de 10 euros.

Também dizer que a Câmara não tem conhecimento que tenham encerrado a EB das Amoreiras, quanto ao Liceu, realmente é uma vergonha o estado em que o Governo do PS deixou as escolas e as entregou à Câmara. Agora as tempestades também não têm ajudado, parece que, de facto, está a entrar água por todo o lado, mas não temos indicação. Não obstante entrar água, não encerraram as salas de aula, isto é a informação que eu tenho. Sei também que temos estado em diálogo com todas as escolas e que temos uma reunião pedida à Sra. Ministra da Educação, porque as escolas vieram em 2022, estão neste estado e ninguém fez nada, mas vamos ter que, agora, ter aqui uma posição mais musculada, porque isto não pode ser, como é óbvio.

Quanto às questões que colocaram das ruas, da vegetação e essas situações todas, se nos poderem fazer chegar por escrito para depois o vereador Bruno Russo, que é quem está há dois meses a lutar aí na cidade toda para tentar resolver essas questões, com certeza, que há de ver o que fazer e iremos fazer o melhor que conseguimos em pouco tempo, mas vamos fazer o melhor.

Senhor Presidente da Junta de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, também já somos conhecidos há muito tempo, e essas questões que colocou eu gostaria que as fizesse no meu gabinete ou diretamente com o engenheiro Madeira, que conhece muito bem, porque é ele que está na mobilidade. Parecem-me questões muito pertinentes e também não devem ter chegado agora, já ouço falar delas há muito tempo e que também nunca se resolveram, mas que estamos disponíveis para as resolver em colaboração com a Junta de Freguesia. É pena é que não as tenham resolvido nos últimos 4 anos, mas estamos cá para as resolver.

Pode entregar ou falar com o engenheiro Madeira, sabe que ele o atende sempre.

Quanto às questões da Cáritas Diocesana, é verdade, eu também costumo passar por ali e, de facto, não quero estar aqui a dizer para tirar aquelas pessoas dali, não é isso, mas há ali uma questão de insalubridade e também estamos já a dialogar para ver se conseguimos resolver de alguma maneira aquele aglomerado de pessoas e irem-se deitar para os bancos da avenida.

Estamos a querer arranjar ali um formato de socialização para resolver aquelas questões, porque ninguém gosta, não creio que haja nenhum setubalense ou quem more aqui que goste, é um mau cartão de visita.

Quanto à intervenção do senhor deputado Ilídio Ferreira, concordo inteiramente com a questão daquele interface e da necessidade de haver ali casas de banho. Se me puder deixar a parte escrita, depois dou a quem de direito para ver se conseguimos, também, resolver essa parte, já que não foi resolvida nestes últimos anos.

Quanto à pedra da Arrábida, o senhor vereador, doutor Paulo Maia poderá responder.

**Vereador Paulo Maia** – Obrigado Sra. Vice-Presidente, na sua pessoa e na pessoa do nosso Presidente da Assembleia cumprimentar todos os presentes e aqueles que nos acompanham em casa.

Sobre a pedra, nós tomámos a decisão de preparar todo o processo para ver como é que estava, chegámos à conclusão que havia um protocolo desde setembro que deveria ter sido assinado e não estava assinado por nenhuma das partes. Já temos o protocolo assinado, já está nas mãos de quem vai proceder ao estudo, que é a única empresa particular dentro deste processo. Neste momento, o protocolo está entregue e o estudo vai caminhar agora a partir destes dias.

**Luís Costa (CH)** – Senhora Vice-Presidente, só sobre uma questão, se pudesse equacionar na questão das habitações de custos controlados, porque é importante a fixação aqui de médicos, de enfermeiros, de docentes, de polícias, de gente que tanta falta nos faz e que moram longe muitas vezes e que são deslocalizados, não sei como é que será a melhor maneira, mas que parte dessa habitação fique alocada a esse género de pessoas, porque nós precisamos.

As reuniões que nós temos tido, por exemplo, com o hospital foi-nos dito que não temos mais médicos, porque os médicos não têm capacidade para comprar uma casa, os enfermeiros não têm capacidade de comprar aqui uma casa, moram na margem norte e não conseguem se deslocalizar aqui para baixo. Portanto, desertos estão eles de ficarem lá em cima, se pudesse existir essa possibilidade seria, penso eu, uma excelente ideia.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Senhor Presidente só duas notas relativamente à intervenção da Sra. Vice-Presidente.

A primeira é em relação à estação dos autocarros da Várzea, a intervenção tem de ser um bocadinho mais profunda, do que criar apenas as casas de banho, pelo menos uma sala para as pessoas estarem e também os estacionamento. Há lá muito estacionamento em terra batida ainda e que precisa de intervenção. Dá a impressão que aquilo terá sido feito de uma forma provisória, mas que, entretanto, ficou definitivo e precisa que sejam feitas as obras definitivas.

Relativamente às escolas, naturalmente, elas vieram do Governo Central em 2022, já passaram 3 anos e pouco, há um conjunto, independentemente das escolas umas estarem melhores que outras, mesmo aquelas que estavam em boas condições há um conjunto de intervenções que têm que ser feitas periodicamente, nomeadamente estas que foram referidas pela Maria João, com problemas de infiltrações. Naturalmente que é nossa competência, quando as coisas acontecem, trazê-las aqui e compete ao executivo fazê-las quando é possível e atender às preocupações e às prioridades e esta seguramente que é uma delas.

### c) Recomendações e Requerimentos

1. Recomendação “Reforço da Transparência através da Criação de uma Página Digital Simples de Consulta das Propostas e Votações da Assembleia Municipal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Susana Bicho (IL)** – Boa noite a todos, Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidente, membros do executivo, caros colegas deputados municipais, caros cidadãos aqui presentes e a todos os que nos acompanham online.

A Iniciativa Liberal propõe aqui algo muito simples, que a informação desta assembleia seja não apenas pública, mas que seja facilmente acessível e compreensível. Propomos a criação de uma página organizada no site do município, onde qualquer cidadão possa consultar num relance as propostas de cada partido e os respetivos sentidos de voto. Não queremos mais burocracia, queremos apenas organizar melhor aquilo que já existe.

A transparência não se faz com atas extensas e dispersas, faz-se facilitando o escrutínio de quem os elegeu. Isto é uma medida sem custos, que valoriza o trabalho de todos os eleitos e garante que o escrutínio democrático seja simples, direto e eficaz.

**Bruno Vigário (SET-V 25)** – Boa tarde Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, cumprimentar os vereadores, os deputados municipais, o público que aqui está connosco e quem nos vê em casa.

O Grupo Municipal de Setúbal de Volta acompanha a recomendação apresentada pela Iniciativa Liberal por considerar que o reforço da transparência na democracia local é muito importante, mas ainda assim, contudo, defendemos que a implementação deve ser ponderada, faseada e tecnicamente sustentável e com critérios claros, com capacidade dos serviços e um prazo razoável para definir a viabilidade e o modelo evitando soluções apressadas ou encargos excessivos.

**M.ª Fátima Pereira (LIVRE)** – O LIVRE acompanha esta proposta que vai de encontro aos nossos valores de transparência e de facilitar o acesso à informação por parte dos munícipes, acrescento a sugestão de se criar um portal exclusivo para a Assembleia Municipal de Setúbal, um site próprio que facilite o acompanhamento dos trabalhos pelos munícipes e reforce a proximidade entre os eleitos e a comunidade. Não só as reuniões, mas também todas as reuniões das comissões.

Este projeto será um investimento, sim, mas é um investimento na democracia participativa e no direito à informação dos cidadãos de Setúbal.

**Luís Maurício (CH)** – O Grupo Municipal do Partido CHEGA vai votar favoravelmente esta recomendação, por uma razão muito simples, quem serve o interesse público nada tem a esconder, acreditamos que a transparência não deve ser apenas um conceito legal em atas extensas, mas sim, uma realidade acessível a todos os fregueses.

A criação desta página digital, facilitará o escrutínio público e permitir que os setubalenses saibam de uma forma clara e rápida o que é votado por cada força política e como se funciona.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

## **2. Recomendação “Levantamento de Prédios em Ruína e Elaboração de Plano de Emergência Municipal” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Ilídio Ferreira (PS)** – Nós trazemos esta recomendação, porque temos tido conhecimento da existência de um conjunto de prédios em ruínas e em situação de risco para a segurança dos cidadãos.

Não vou ler, naturalmente, a recomendação, mas vou referir quais são as deliberações.

Que se proceda a um completo levantamento de todos os prédios em ruína ou em degradação avançada existentes no concelho, que se crie e mantenha atualizado uma lista de prédios em ruína com os elementos antes referidos e que esta lista seja distribuída à Assembleia Municipal e atualizada semestralmente, se proceda à elaboração de um Plano Municipal de Emergência para prédios em ruína ou em degradação avançada em articulação com a Proteção Civil e Bombeiros. Finalmente, que a Câmara desenvolva as ações legais no sentido da responsabilização dos proprietários no que respeita à conservação e/ou recuperação dos prédios e nos casos mais graves em que o risco é maior se proceda à aplicação das medidas previstas na lei, obras coercivas.

Naturalmente que aqui estamos a ir muito para além daquelas que são as situações dos prédios que, neste momento, já sofrem agravamento de IMI por parte da Câmara por estarem em más condições, estamos a falar de prémios que efetivamente estão mesmo em ruína e que são um grande risco para a população no que diz respeito à sua segurança e às condições de salubridade.

**Sofia Almada (SET-V 25)** – Boa noite a todos! A bancada do Movimento Setúbal de Volta reconhece a pertinência da identificação de todos os prédios em ruína ou em degradação avançada, não só devido às questões de segurança, como também às questões relativas aos temas fiscais associadas e à possibilidade da reabilitação com o apoio do Estado.

No entanto, no concelho de Setúbal esse levantamento tem sido feito pelos serviços da autarquia, pelos trabalhadores dos serviços da autarquia de forma continuada ao longo dos anos. Por isso, parece-nos um pouco redundante esta recomendação.

Sugerimos, no entanto, que a recomendação possa ser discutida e melhor analisada na Comissão de Trabalho especializada e que seja ela mesma a fazer o acompanhamento regular destas matérias. Deixamos esta sugestão.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Muito rapidamente dizer à senhora deputada que, de facto, têm sido feitos levantamentos, o último grande levantamento que eu conheço que foi feito, a nível dos centros históricos, já tem cerca de 10 anos. Acredito que, entretanto, a Câmara vá atualizando, agora, a verdade é que temos um conjunto neste momento de prédios em sério risco de ruína e não tem havido intervenção nenhuma.

Eu convido-a a ir à zona das Fontainhas, nomeadamente, à escadinha das Barrocas, por exemplo, que é o caso talvez mais evidente ou um dos mais evidentes, e verificará que existe, neste momento, sério risco para pessoas que ali circulam e ali vivem.

**Sofia Almada (SET-V 25)** – Sim, nós entendemos isso, mas, como aqui nesta recomendação põe um limite temporal de 6 meses, isso parece-nos pressionar demasiado os serviços camarários e é algo que como põem aqui, também, tem sido feito ao longo dos anos. Portanto, é deixá-los fazer o seu trabalho e não deixar cair este assunto, como é óbvio. Mas deixar fazer isto a nível de comissão para se perceber qual é a melhor maneira de isto ser realizado, em termos temporais e em termos de recursos, etc., ou, pelo menos, ir acompanhando, é nesse sentido.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Eu preferia que nós alargássemos o prazo, mas que não baixasse à Comissão, porque é daquelas coisas que basta ir ao local e verifica-se de imediato.

Obviamente que quando nós apontamos um prazo, não significa que, à medida que o levantamento vai sendo feito, se possa ir também avançando o plano, ou seja, a Câmara juntamente com a Proteção Civil e com os Bombeiros poderão ir começando pelas situações mais graves. Alguns técnicos vão verificar as zonas mais complicadas da cidade e seguramente que chegarão logo à conclusão de que é preciso intervir nalguns casos de uma forma muito séria e, portanto, o trabalho podia-se ir desenvolvendo.

Eu preferia que se alargasse o prazo e se começasse já a trabalhar do que ir para a Comissão, porque levar para a Comissão é um assunto rápido, uma vez que facilmente se verifica a necessidade de intervenção imperiosa.

**Presidente da Mesa** – Recordar que isto é uma recomendação, o tempo é meramente, como o senhor deputado disse, indicativo e se o trabalho muito já está feito, é só fazer uma atualização e trazê-la, eventualmente, à Comissão própria e depois se ela entender propor alguma intervenção ou uma nova recomendação e trazer aqui à Assembleia, poderá fazê-lo.

Estou aqui a tentar ser mediador, apenas isso.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 12 do PS, 7 do CH, 6 da CDU, 1 da IL e 1 do LIVRE, e 10 abstenções do SET-V 25.

**3. Recomendação “Intervenções realizadas na Herdade da Comenda” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Ilídio Ferreira (PS)** – Não vou ler naturalmente, mas o objetivo é para as pessoas que estão de novo tomarem, digamos, conhecimento desta temática da Herdade da Comenda.

Relativamente às deliberações, o que se pede é que a Câmara faça aquilo que, seguramente, está a fazer e que lhe compete, que é atuar com empenho na resolução dos processos, exercer uma fiscalização atenta e permanente quanto a eventuais novas intervenções e que envie uma informação atualizada sobre os vários processos a esta Assembleia Municipal.

O anterior executivo tinha uma súmula que atualizava com alguma periodicidade, mas que no final do mandato acabou por deslizar um pouco e nós recomendamos que seja atualizada e enviada a esta comissão. Depois, no ponto 2, refere que a Comissão de Ambiente continue a acompanhar este processo da Comenda e que apresente à Assembleia Municipal até ao final do 1º trimestre de 2026, o prazo, também, é curto, mas se não der, depois justificarão e poderá prolongar-se por mais um mês ou dois, um relatório que permita à Assembleia Municipal ter um melhor conhecimento sobre a situação.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Nós, evidentemente, iremos acompanhar esta proposta.

É uma mera sugestão, não é uma sugestão de baixar à Comissão, é que no ponto 1.3 e no ponto 2, na leitura, eventualmente, parece-nos um bocadinho redundante, mas pode ser a minha leitura ou a nossa leitura que não está a ser a mais correta.

Não sei se não poderia passar tudo pela Comissão, mas é uma mera sugestão e não precisa de mexer, terá o voto a favor na mesma.

A trimestralidade da prestação de informação, depois fica com quem? É sobretudo isso.

Mas não vos tiro mais tempo até, porque isso facilmente pode ser depois resolvido e ser esclarecido, se essa for a opinião também de outras bancadas.

**Presidente da Mesa** – Só para esclarecimento, estamos a falar do ponto um da parte deliberativa?

**José Canavarro (SET-V 25)** – Exatamente! No 1.3 “*Envie, com urgência, uma informação atualizada...*” e depois no ponto 2 “*Atribuir à Comissão de Ambiente, Higiene Urbana...*”, porque há aqui até final do 1º trimestre, depois parece cessar, no outro há uma trimestralidade.

Se a Comissão de Ambiente podia fazer um acompanhamento trimestral. É apenas e só isso, mas terá o voto favorável na mesma.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Uma coisa é a informação ou súmula, o que se trata é da indicação por cada um dos dossiers, de cada um dos processos, a maior parte deles estão em contencioso, e era para se fazer o ponto de situação desses processos, ir atualizando trimestralmente e enviar para todos os membros da Assembleia por e-mail para que todos conheçam.

Outra coisa é a Comissão de Ambiente fazer o acompanhamento mais pormenorizado, que os outros membros não poderão fazer. É isso que se pretende. Se não está muito claro, peço desculpa.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Agora esclareceu. A questão aqui do relatório que permita à AM ter um melhor conhecimento sobre a situação, eventualmente, o relatório é que pode ser redundante face a que todos vamos tendo a informação, mas informação a mais nunca é problema.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Só para esclarecer, não é redundante, porque a súmula aponta apenas factos processuais, digamos assim, e vai verificar isso, enquanto que queremos que o relatório seja mais que isso, seja valorativo e que aprecie o desenvolvimento do próprio processo, porque a súmula não faz, a súmula é uma listagem da situação dos processos em contencioso.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Como disse e bem, quem está de novo aprende e neste caso tem o voto favorável.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Recomendação “Diagnóstico e Plano de Ação sobre os Recursos Humanos nas Escolas de Setúbal” (LIVRE) (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**M.ª Fátima Pereira (LIVRE)** – É do conhecimento geral que a descentralização de competências da educação para a autarquia trouxe um peso financeiro adicional, mas quando falamos da gestão dos recursos humanos não docentes, não é aceitável gerir na lógica do remendo ou da contenção permanente.

As escolas precisam de respostas estruturais, precisam de planeamento, de transparência e, acima de tudo, de um ponto de situação real sobre aquilo que existe e aquilo que falta.

Hoje, as escolas enfrentam desafios cada vez mais complexos, alunos com necessidades educativas específicas, contextos sociais diversos, comunidades escolares multiculturais, e estes desafios não se resolvem sem recursos humanos adequados, valorizados e devidamente preparados.

As assistentes operacionais são absolutamente essenciais ao funcionamento diário das escolas, garantem a segurança e o bem-estar dos alunos, contribuem para um ambiente educativo positivo, apoiam o processo educativo e são muitas vezes a primeira ponte entre a escola, as famílias e a comunidade. São, também, agentes ativos na modelação de comportamentos e peça-chave na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Por isso, o LIVRE defende que é urgente realizar um diagnóstico aprofundado da realidade das escolas do concelho, um diagnóstico sério e rigoroso que permita conhecer as necessidades efetivas em termos de pessoal, das funções, formações planeadas pelo executivo para dar mais capacidades e condições de trabalho aos assistentes operacionais que trabalham nas escolas.

Só com esse ponto de partida, será possível definir um plano estratégico que responda aos problemas existentes, que valorize os profissionais não docentes e assegure que os investimentos públicos sejam feitos de forma responsável, eficaz e com impacto real na qualidade da escola pública.

**Jorge Bico (SET-V 25)** – Boa noite a todos, quero cumprimentar todos na pessoa do Presidente da Assembleia.

Nós vamos propor que esta recomendação baixe à Comissão de Educação, porque ela tem alguns pontos válidos, mas há muita desta coisa que já está feita. Quem está na direção das escolas sabe que todo este levantamento já foi feito e já foi submetido a autarquia e aqui não fala do ponto principal, que é o rácio, o rácio dos assistentes operacionais e o rácio dos assistentes técnicos.

Esses rácios há imenso tempo que não são revistos e o problema é exatamente esse, porque se olharmos para os rácios eles estão completos, mas não têm em conta, quer as pessoas que vão envelhecendo e que vão ficando com alguma dificuldade em executar o seu trabalho, quer as diversas baixas médicas e quer ainda os relatórios que temos de incapacidade por parte dos trabalhadores que vão ficando ao longo dos anos com algumas incapacidades e que não entram em conta no rácio. Portanto, a nossa decisão é votar contra se não baixar à Comissão de Educação.

**Joana Vaz (PS)** – Dizer que acompanhamos em parte aquilo que o senhor deputado Jorge Bico disse, porque achamos que efetivamente ao baixar à Comissão há a possibilidade de ficar uma proposta um bocadinho mais exequível para a parte da Câmara e no sentido de disponibilização dos relatórios já existentes também será mais fácil depois perceber quais é que são os problemas.

Portanto, se a deputada não se importar que baixe à Comissão, nós acompanhamos a bancada do Movimento Setúbal de Volta nesse sentido.

**M.ª Fátima Pereira (LIVRE)** – Eu creio que é um bom ponto de partida e vai baixar à Comissão de Educação sim, mas ter também em atenção que o facto de estar na câmara e existirem nos agrupamentos informações, não quer dizer que sejam transparentes esses dados.

Em relação aos rácios, para mim, acho que se não estamos satisfeitos com aquilo que existe na legislação nacional, temos a obrigação de fazer melhor e devemos fazer melhor, não nos limitarmos aquilo que nos impõem, esses são os mínimos no meu entender.

A escola pública está a mudar, está com mais necessidades e ainda estamos a pensar em colmatar as questões de há 10 anos e temos de ser mais rápidos.

Se conseguirmos fazer isso e ajudar o Executivo ao baixar à Comissão de Educação, eu aceito.

**Jorge Bico (SET-V 25)** – Ainda relativamente ao rácio, o rácio já está mais do que satisfeito, já há mais funcionários nas escolas do que o rácio que é limitado pela lei. Não sei se sabe, mas isso tem um peso em termos financeiros para a autarquia, porque todos aqueles funcionários, assistentes técnicos, assistentes operacionais que sejam contratados acima do rácio saem do orçamento da autarquia.

Não havendo mais intervenções, a recomendação baixou à Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Associativismo.

## **II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES**

### **1. Resolução “Acompanhamento Trimestral das Contas do Município de Setúbal, das Empresas Municipais e da Execução Orçamental” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Susana Bicho (IL)** – A transparência e a cooperação institucional são os pilares de uma boa governação local, apresentamos esta proposta com um espírito de colaboração, entendemos que o recente alerta da DGAL sobre a execução orçamental de Setúbal que se fixou nos 50% em 2024, representa um desafio comum que exige o compromisso de todos nós.

Propomos que a Comissão de Finanças assegure um acompanhamento trimestral desta execução e o objetivo é que esta assembleia possa exercer as suas competências de forma estruturada e preventiva, permitindo identificar desvios atempadamente e elevar a qualidade do debate político em plenário, através de dados partilhados e rigorosos.

Esta iniciativa valoriza o papel de todos os eleitos e não interfere na gestão corrente, pelo contrário, eleva o padrão da prestação de contas que devemos aos nossos municípios e reforma a confiança dos setubalenses nas suas instituições.

**João Conde (SET-V 25)** – Obrigado Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os presentes.

Acerca da resolução, nós reconhecemos o objetivo da mesma no sentido de reforçar o acompanhamento financeiro do município. Um objetivo que é legítimo e enquadrável nas competências da Assembleia Municipal, contudo, nos moldes em que a proposta está redigida entendemos que a frequência e o grau de formalização previstos podem não estar devidamente calibrados, face à capacidade dos serviços e aos ganhos efetivos na análise política.

A análise financeira exige tempo, consolidação de informação e capacidade técnica e analisar mais vezes não significa, por si só, analisar melhor.

Consideramos que um modelo excessivamente frequente pode conduzir a um esforço administrativo adicional, sem retorno profissional em termos de escrutínio, sobretudo quando a informação disponível é em grande parte de natureza provisória.



Nesse sentido, não acompanharemos a proposta, tal como está apresentada, mas queremos manifestar a abertura para a sua viabilização caso sejam introduzidas alterações que assegurem o equilíbrio mais adequado entre transparência, eficácia de acompanhamento e sustentabilidade operacional dos serviços. Propomos, então, a alteração dos seguintes pontos: ponto 2, passaria a ler-se: *“Determinar que a Comissão realize reuniões semestrais dedicadas ao acompanhamento da execução orçamental, financeira e patrimonial do Município de Setúbal e das respetivas empresas municipais, a realizar preferencialmente nos meses de setembro para análise do 1º semestre e de fevereiro para análise do 2º semestre e de execução global do exercício. Procedendo-se à reavaliação da periodicidade ao fim de um ano de aplicação do presente modelo.”*

No ponto 3, passaria a ler-se: *“Estabelecer que, para cada reunião de acompanhamento, o executivo municipal disponibiliza à Comissão, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis, exclusivamente de informação de suporte constante de peças, mapas e reportes financeiros já existentes e legalmente produzidos no âmbito das suas obrigações de reporto e execução orçamental.”*

Quanto às alíneas deste ponto, nós sugerimos a retirada da alínea e) e a inclusão de um último parágrafo que possa dizer: *“A informação referida no presente número, não implica a elaboração de notas explicativas, documentos de síntese, análise, perspetivas ou qualquer outro trabalho adicional de interpretação ou consolidação por parte dos serviços municipais.”* E claro, a substituição da palavra “trimestral” por “semestral” ao longo de todo o documento.

**Luís Costa (CH)** – Só para dizer que acompanhamos a proposta da IL e mantemos, de facto, o trimestral, porque queremos rigor e não é de 6 em 6 meses, mas sim de 3 em 3 meses, e não há cá desvios de linhas nenhuma, porque se alguma coisa houver para rearranjar teremos tempo. De 6 em 6 meses não teremos tempo.

**Susana Bicho (IL)** – A Iniciativa Liberal mantém a sua proposta como está.

Respondendo aqui ao deputado João Conde, não se está a pedir que os serviços tenham trabalho adicional, o que se está a pedir é que sejam entregues todos os documentos legais que são entregues à autoridade tributária e às entidades que supervisionam as contas.

Não se está a pedir trabalho adicional a ninguém, o que se está a pedir é que sejam disponibilizados trimestralmente à Comissão os mesmos.

Nós não estamos aqui para gerar mais trabalho, estamos aqui para simplificar e para a ajudar esta assembleia a poder fazer um melhor trabalho, por isso, nós mantemos como está o nosso documento.

Não havendo mais intervenções, foi a resolução aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 12 do PS, 7 do CH, 6 da CDU, 1 da IL e 1 do LIVRE, e 10 abstenções da SET-V 25.

## **2. Moção “Pela Paz, em solidariedade com os povos vítimas de conflitos armados, violência, genocídio” (SET-V 25) (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**David Martins (SET-V 25)** – Estamos num período de paz e é pacificador o que eu vou dizer.

*“Pela paz, em solidariedade com os povos vítimas de conflitos armados, violência, genocídio.*

*Infelizmente, persiste em graves conflitos armados em várias regiões do mundo, nomeadamente da Palestina/Israel, na Ucrânia/Rússia e em diversos países do continente africano, causando milhares de mortos, deslocamentos forçados, destruição de infraestruturas e graves violações dos direitos humanos.*

*No contexto da guerra na Ucrânia, uma comissão independente da **United Nations Independent International Commission of Inquiry on Ukraine**, concluiu que as autoridades russas cometeram tortura, assassinatos intencionais, desaparecimentos forçados, confinamento ilegal, violência sexual, transferências forçadas e deportações, ataques indiscriminados a civis e destruição de infraestruturas essenciais.*



*No conflito entre Israel e a Palestina, especificamente considerando-se a guerra na Faixa de Gaza desde 2023, a **United Nations Human Rights Council**, através da sua comissão de inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, concluiu em 2025 que há quatro dos cinco comportamentos que definem genocídio, segundo a **Genocide Convention**: assassinatos, danos corporais e mentais graves, imposição de condições de vida destinadas à destruição de um grupo; e medidas para impedir nascimentos.*

*Um relatório recente do comité da ONU acusa Israel de aplicar uma política de “facto” de tortura generalizada a detidos palestinianos, com relatos de espancamentos, choques elétricos, “waterboarding”, violência sexual, negação de cuidados médicos, detenções administrativas, mortes sob custódia, transporte forçado de civis, entre outros abusos.*

*Em África, tomando como exemplo a Nigéria, verificam-se violência armada e ataques a comunidades cristãs, levando a raptos em massa, a milhares de deslocados, a assassinatos, por parte de Grupos ligados ao Estado Islâmico da África Ocidental.*

*A Assembleia Municipal de Setúbal delibera:*

- 1 - Manifestar a sua mais profunda solidariedade para com todas as populações civis afetadas pela guerra, em especial as crianças;*
- 2 - Condenar todas as formas de violência, genocídio e violação do direito internacional humanitário;*
- 3 – Apelar ao cessar da violência e à promoção de soluções pacíficas, baseadas no respeito pelos direitos humanos e pela dignidade humana;*
- 4 – Apelar à comunidade internacional, às organizações multilaterais e aos Estados envolvidos para que promovam o cessar imediato da violência, o respeito pelo direito internacional humanitário e a proteção efetiva das populações mais vulneráveis;*
- 5 - Reafirmar o compromisso desta Assembleia Municipal com os valores da Paz, da Justiça, da Dignidade Humana e da defesa incondicional dos direitos das Crianças;*
- 6 - Expressar solidariedade institucional às organizações humanitárias que, em condições extremamente difíceis, prestam apoio às vítimas destes conflitos.*

*A dignidade humana, a vida, a liberdade e a segurança das populações civis são princípios fundamentais consagrados na **Declaração Universal dos Direitos Humanos** e em diversas convenções internacionais.*

*A Paz, o respeito pelos direitos humanos e a proteção das crianças são valores universais que devem ser defendidos por todas as instituições democráticas, independentemente da sua escala territorial.*

*A presente moção deverá ser comunicada ao Senhor Presidente da República, ao Governo da República, à Assembleia da República e à Associação Nacional de Municípios Portugueses.”*

*Obrigado a todos, Feliz Natal e paz para todos.*

**Presidente da Mesa** – Se me permite, associo-me inteiramente e felicito-o pela sua intervenção.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 12 do PS, 10 da SET-V 25, 7 do CH, 6 da CDU e 1 do LIVRE, e 1 voto contra da IL.

**Susana Bicho (IL)** – Fez a seguinte declaração de voto: “Fez a seguinte declaração de voto: “A *Iniciativa Liberal* partilha incondicionalmente os valores da paz, da dignidade humana e da proteção de civis, no entanto, votámos contra esta proposta por considerarmos que a política externa não deve ser decidida por folclore municipal.

*A política internacional exige análise equilibrada, rigor jurídico e enquadramento institucional adequado, qualidades que cabem ao Estado, às instituições judiciais internacionais e aos órgãos com responsabilidade diplomática e não às autarquias.*

*O papel desta assembleia deve centra-se na vida dos setubalenses e na gestão do território, evitando deslocar-se para debates geopolíticos que não pode resolver.*

*Uma abordagem humanista deve ser universal, mas esta moção é profundamente seletiva, foca-se em conflitos mediáticos, mas ignora as atrocidades cometidas por grupos terroristas como o Hamas, o Hezbollah ou o Isis, apenas como exemplo.*

*Omite muitos regimes autoritários que oprimem as suas populações diariamente. Condenar uns e silenciar sobre outros não é defesa dos direitos humanos, é escolha de alinhamentos geopolíticos.*

*Também consideramos que a utilização de terminologia jurídica muito conclusiva, sem aguardar por decisões definitivas das instâncias internacionais compromete o rigor institucional que esta assembleia deve preservar.*

*Votámos contra, não porque não queiramos a paz, como é óbvio, isso acho que é claro, mas porque recusamos a utilização de tragédias humanas para exercícios de retórica política desequilibrada.*

*O nosso compromisso com a dignidade humana é total e universal e não se compadece com moções que escolhem vítimas conforme a conveniência ideológica.”*

### **III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE CONDENAÇÃO, DE REPÚDIO E DE PESAR**

#### **1. Saudação “Greve Geral” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**João Pires (CDU)** – Gostaria de dar aqui algumas notas, obviamente, não vou estar aqui a ler a saudação, mas no seguimento daquilo que tem sido a nossa intervenção também de acordo com a última Assembleia, não nos parecia que devêssemos deixar passar este tempo e este período, sem fazer uma saudação à “Greve Geral” que ocorreu no dia 11, aquilo que foi um sinal inequívoco e forte da força coletiva dos trabalhadores, daqueles que produzem efetivamente a riqueza e daqueles que esperam que se responda às legítimas aspirações, para quem trabalha e para quem produz essa riqueza, e, portanto, no fundo, esperemos contar com o apoio de todos nesta saudação e saudar todos os trabalhadores, principalmente aqueles que decidiram aderir a esta greve com todos os constrangimentos que tiveram que enfrentar, fazer ouvir a sua voz e as suas angústias e, no fundo, defender aquilo que todos pretendemos, a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 12 do PS, 6 da CDU e 1 do LIVRE, 14 votos contra, 6 da SET-V 25, 7 e 1 da IL, e 4 abstenções da SET-V 25.

**Susana Bicho (IL)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal não acompanha esta saudação por considerar que ela apresenta uma visão parcial e ideológica da realidade, ignorando deliberadamente milhares de setubalenses que foram prejudicados por esta greve.*

*A saudação assume um posicionamento unilateral, sem refletir a diversidade de opiniões existentes na sociedade, nas empresas, e até entre os próprios trabalhadores, nem considerar o impacto que paralisações extensas têm nos serviços essenciais, nas famílias e na atividade económica local.*

*Acreditamos que a Assembleia Municipal, deve manter uma postura equilibrada e representativa de todos os municípios, evitando transformar-se num espaço de validação automática de posições sindicais ou partidárias.*

*A sua missão deve centrar-se no bem-estar da comunidade, na melhoria dos Serviços locais e na promoção de políticas que reforcem o desenvolvimento económico e a liberdade individual.*

*O direito à greve é constitucional, e a Iniciativa Liberal respeita-o plenamente, mas respeitar um direito não implica aplaudir todas as suas consequências.*

*Nos dias 11 e 12 de dezembro, houve quem quisesse trabalhar, produzir, abrir o seu pequeno negócio ou simplesmente chegar ao emprego e foi impedido de o fazer.*

*Esses cidadãos também têm direitos e estão totalmente ausentes desta saudação.*

*Não existe verdadeira unidade quando o exercício do direito à greve de uns, bloqueia o direito ao trabalho de outros, muitos trabalhadores não abdicaram voluntariamente do seu salário, foram forçados à inatividade por decisões que não tomaram e que não escolheram.*

*Para a Iniciativa Liberal saudar a paragem de centros de produção de riqueza, é saudar o empobrecimento de Setúbal, as empresas referidas na saudação são pilares da economia local.*

*A sua paralisação não castiga um conceito abstrato chamado capital, enfraquece a competitividade do Concelho e coloca em risco empregos reais, de pessoas reais.*

*A riqueza não se cria com paralisação, nem com slogans ideológicos, cria-se com liberdade para trabalhar, investir, inovar e competir.*

*Trabalhadores e empresas não são adversários, partilham o mesmo destino, quando as empresas param todos perdem.*

*Respeitamos quem decidiu aderir à greve, mas recusamos uma narrativa que transforma a estagnação económica em virtude e o confronto em modelo de progresso, por estes motivos, a Iniciativa Liberal vota contra, reafirmando o seu compromisso com a liberdade, a responsabilidade e o valor do trabalho”.*

**Presidente da Mesa** - Queria aqui lembrar que, as declarações de voto têm um método, não são intervenções, são declarações de voto, e tem dois minutos.

**João Conde (SET-V 25)** – Senhor Presidente, irei enviar a minha declaração de voto por escrito, conforme prevê o nosso regimento. (conforme documento registado sob o n.º X, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**2. Saudação “Formalização da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Mário Aranha (PS)** – Nem de propósito, há 99 anos, foi criado o Distrito de Setúbal, uma felicíssima coincidência, hoje, que estamos aqui a saudar a criação da Comunidade Intermunicipal, no passado dia 15 de dezembro.

Esta Comunidade Intermunicipal, vai-nos permitir acesso a fundos comunitários, vai-nos permitir concretizar vários projetos de investimento, é que nós estamos mesmo a necessitar de um choque de desenvolvimento na nossa Península. Nem de propósito, dois dias depois da constituição formal da Comunidade Intermunicipal, o Instituto Nacional de Estatística divulgou o PIB per capita em paridades de poder de compra, em comparação com as outras regiões europeias, e deu os seguintes resultados, a Grande Lisboa, 128,9 %, o Alentejo, 77,1%, a Oeste e Vale do Tejo, 64,6%, Península de Setúbal, 55,4%, volto a repetir, Península de Setúbal, 55,4% de poder médio, per capita, portanto, temos mesmo de “*arrepisar caminho*”.

A CIM, é uma excelente ferramenta e implica igualmente um acréscimo de responsabilidade a todos nós, atores políticos e sociais da região.

A capacidade de promover e dinamizar o desenvolvimento da nossa Península depende da visão, da ambição e do grau de cooperação que os seus responsáveis e intervenientes souberem imprimir à sua atuação.

**João Pires (CDU)** – Queria fazer aqui uma nota de intenções, e eu lamento estar de costas para a bancada do PS, mas infelizmente, não consigo falar e ter o microfone comigo ao mesmo tempo, só dar nota que, apesar de eu achar, e até depois da última Assembleia, em que já tivemos uma discussão sobre a CIM e sobre a AMRS, e perceber que estamos aqui com visões contrárias, e eu espero, espero, e a minha intervenção é neste sentido, espero que o PS, efetivamente tenha razão naquilo que está a dizer, porque eu acho que estão a colocar demasiadas expectativas nas competências da CIM, e que depois vão-se sentir defraudados com aquilo que vai acontecer.

De qualquer das formas, é só aqui este alerta, para o não colocarem, todas as expectativas relativamente à CIM, mas nós vamos acompanhar esta saudação.



**Luís Costa (CH)** – Queria só desejar, que de facto, a CIM seja destinada mesmo para aquilo que se diz que se destina, e não seja para a criação de mais “tachos”, porque é aquilo que nós estamos habituados a ver aqui em Setúbal. A senhora Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal, perguntou-me porque é que nós votámos contra, eu respondi-lhe precisamente isto, agora compete a este Executivo provar que estamos errados, a nós, e aos setubalenses, porque eles também estão descrentes, e aquilo que é dito é precisamente a criação de “tachos”, não acreditam nada, absolutamente nada, desta criação desta Estrutura, agora compete a vocês demonstrar que não estamos errados.

**Mário Aranha (PS)** – Para clarificar, nós antes em termos de fundos comunitários só tínhamos 40% de comparticipação, vamos passar a ter 70 a 80%, as empresas da Península de Setúbal não podiam concorrer ao “COMPETE”, por exemplo, e agora vão poder, e, portanto, é isso que nós estamos aqui a discutir, se não fôssemos nós a decidir, ia ser o Terreiro do Paço, portanto, ainda prefiro que seja aqui, ao pé da Praça do Bocage, do que seja no Terreiro do Paço.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal, da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 12 do PS, 10 do SET-V 25, 5 da CDU, 1 da IL e 1 do LIVRE, e 7 votos contra do CH.

#### **C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1. Deliberação nº 12A/2025/AM – Delib. CM nº 84A/2025 – Cessação de efeitos jurídicos das zonas de pressão urbanísticas da ARU Azeitão e da ARU Setúbal - Processo nº 16/23**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Ordenamento do Território, Mobilidade e Desenvolvimento Económico emitiu parecer favorável por maioria, com a abstenção da CDU e os votos a favor do PS, da SER-V 25, do CH, da IL e do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**Luís Costa (CH)** – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por maioria, com a abstenção da CDU e os votos a favor do PS, da SET-V 25, do CH, da IL e do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**Vitor Caldeirinha (SET- V25)** - A cessação dos efeitos jurídicos das zonas de pressão urbanística, nas áreas de reabilitação urbana de Azeitão e Setúbal, é motivada pela experiência, no fundo desta ZPU.

Uma experiência que demonstrou que este instrumento gerou litigância, coincidiu com processos longos de apreciação e aprovação de projetos pelos Serviços, produziu efeitos contrários, até aos pretendidos, nomeadamente, encarecimento de terrenos no mercado, ausência de efeito na maior utilização do edificado, que era o objetivo, portanto, não faz sentido manter um mecanismo, que por um lado cria injustiças e efeitos adversos e quase nenhum outro Município utiliza.

Esta decisão não significa abdicar da política de reabilitação urbana, mas sim optar por instrumentos mais eficazes, juridicamente mais seguros, socialmente mais equilibrados, mantendo incentivos e penalizações adequadas através do IMI e da política urbana.

**Susana Bicho (IL)** – Gostaria de fazer aqui algumas perguntas ao Executivo, relativamente a esta deliberação. Gostaria que me esclarecessem relativamente à perda de receita, se esta perda de receita foi considerada nas projeções orçamentais para 2026, e em que rubrica é que será compensada? Gostaria também de saber se o Município estima ou avaliou o risco financeiro associado a processos de impugnação judicial, ou pedidos indemnizatórios decorrentes da aplicação da majoração do IMI?

Depois, também, perguntar se existe um parecer jurídico autónomo que sustenta a cessação dos efeitos jurídicos das ZPU, e se pode ser disponibilizado à Assembleia, e também gostaria de saber o seguinte, na página 3, no ponto 1, a frase acaba com “...até nova decisão dos Órgãos Municipais.”, o que é que significa concretamente, a cessação até nova decisão dos Órgãos Municipais?

**Ilídio Ferreira (PS)** – Nós, estivemos na Comissão, tivemos oportunidade de desenrolar o historial deste processo, desde que ele se iniciou já há uns quase 3 anos atrás, mas o passo fundamental foi quando em dezembro de 2024, foi aprovado que fossem majorados os prédios urbanos, frações autónomas, que se encontrassem degradados, em ruína ou devolutos, e os prédios, os terrenos expectantes, digamos assim, que podiam ser construídos e não estavam a ser construídos.

Na altura, levantámos logo sérias dúvidas à intenção, porque a intenção com esta medida era colocar mais terrenos e prédios no mercado e por essa via aumentar a oferta, uma vez que havia bastante procura, e o que chamámos desde logo a atenção foi que poderia ter exatamente um resultado contrário àquele que era o objetivo. Ao longo do tempo, a partir do final de 2024, nomeadamente com a tomada de posição por parte de alguns empresários, que chamaram a atenção para o agravamento de custos, uma vez que o IMI ia passar a ser 10 vezes mais de imediato, do que aquilo que pagavam e depois ia aumentando 20% nos anos seguintes, até 20 vezes mais, o que dava uma carga enorme do ponto de vista dos custos de quem construía. A Assembleia Municipal, encarregou a Comissão de Urbanismo de apreciar o assunto e fazer um relatório, nesse relatório, a Comissão, concluiu que os resultados iriam ser exatamente contrários àquele que era o objetivo, e que, portanto, a Câmara deveria reverter a decisão.

Em junho de 2025, creio que em junho, foi revertida a decisão relativamente à Zona de Pressão Urbanística, a última a ser criada, que era aquela mais fora do chamado Centro Histórico, e agora vem aqui a reversão ou a cessação dos efeitos da Zona de Pressão Urbanística, relativamente às ARU'S do Centro Histórico de Setúbal e de Azeitão, e nós estamos de acordo com esta decisão, porque pensamos que com esta decisão poderemos eventualmente vir a aliviar um conjunto de custos que recaem sobre quem constrói, e por essa via criar alguma motivação para que sejam construídas mais casas e sejam recuperadas mais casas e colocadas no mercado.

**Vice-Presidente** – Quero dizer que não há nenhum parecer jurídico, mas há decisões do Tribunal, portanto, neste sentido, há também as reclamações gratuitas nas Finanças e há devolução de dinheiro às pessoas que pagaram, até porque, a situação é muito injusta, não estou a falar que as pessoas não reabilitam e há outros métodos para reabilitar, mas esta situação que penalizava sobretudo os terrenos que há para construção, quando depois temos um PDM que só foi publicado em janeiro de 2025 e que não deixava construir, ou seja, para já estão a penalizar duplamente, porque já tem o agravamento, estavam a agravar, agravamento sobre agravamento, e depois metiam os processos na Câmara, e eles não podiam ser concluídos, porque o PDM não tinha sido publicado, portanto, daí esta cessação dos efeitos jurídicos, até nova decisão, isto é, se chegarmos à conclusão que iremos precisar de voltar a esta solução, poderemos fazê-lo.

**Presidente da Mesa** – Senhor deputado Luís Maurício, uma interpelação à Mesa, imagino!

**Luís Maurício (CH)** – Exatamente, Sr. Presidente, na Comissão de Finanças, onde eram esperados, esclarecimentos por parte do Executivo, não compareceu qualquer representante. Infelizmente esta situação não é inédita, tendo ocorrido por diversas vezes no mandato anterior, trata-se de uma postura, que demonstra falta de respeito institucional para com os Deputados Municipais, que fragiliza o normal funcionamento democrático dos Órgãos Autárquicos.

Os esclarecimentos em sede de Comissão são essenciais, sobretudo em matérias financeiras, pela sua relevância e impacto direto na vida dos munícipes.

**Presidente da Mesa** – Senhor Deputado, uma interpelação à Mesa é uma coisa, uma intervenção é outra coisa, a interpelação foi no sentido de dizer que não esteve presente nenhum representante do Executivo na Comissão, ficou registado.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Não corresponde à verdade, senhor Presidente.

**Presidente da Mesa** – Então?!

**Ilídio Ferreira (PS)** – Na Comissão de Ordenamento do Território, Mobilidade e Desenvolvimento Económico, estiveram presentes.

**Luís Maurício (CH)** – Corresponde à verdade sim, na Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência, não esteve ninguém presente!

**Ilídio Ferreira (PS)** – Peço desculpa, eu pensei que se estava a referir à Comissão anterior.

**Presidente da Mesa** - Senhor Deputado, só um minuto! Senhor Deputado Luís Maurício, a interpelação à Mesa era esta, certo? Não estava nenhum representante do Executivo, nem funcionário da Câmara, para esclarecer as questões que possam ser colocadas pelos Deputados na Comissão.  
Fica registado, penso que o Executivo também regista.

*Som inaudível*

**Presidente da Mesa** - Não regista?

Então se quiser dar algum esclarecimento à Assembleia, faça o favor.

**Vereador Paulo Maia** - Senhor Presidente, na Comissão anterior foi dito que nós estávamos em reunião aqui no edifício, foi transmitido pela Dra. Maria do Carmo, nossa Vice-Presidente, a alguns elementos que estavam na Comissão anterior, que aquilo que fosse necessário esclarecer nós estaríamos presentes, era só nos chamar e vínhamos aqui, ninguém nos chamou, eu estive cá até à uma da manhã, aqui no edifício, e, portanto, ninguém nos chamou até essa hora. Era só para registar.

**Presidente da Mesa** - Muito obrigada pelo esclarecimento, gostaria de dizer que é boa prática como é evidente, estarem presentes elementos do Executivo nestas Comissões, porque muitas dúvidas técnicas, eminentemente técnicas, podem ser aí faladas e debatidas e não virmos aqui para a Assembleia com dúvidas que podiam ser nessa reunião esclarecidas.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um da SET-V 25 e dois da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 12 do PS, 9 do SET-V 25, 7 do CH, 1 da IL e 1 do LIVRE, e 4 abstenções da CDU, conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata.

## **2. Deliberação nº 13A/2025/AM – Delib. CM n.º 126A/2025 – Medidas de Apoio – Derrama**

**Luis Costa (CH)** – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer desfavorável por maioria, com o voto contra do CH e da IL, as abstenções do PS, da CDU e do LIVRE e o voto a favor da SET-V 25, conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Deixe-me só retificar aqui uma questão, há pouco, eu falei com o Senhor Vereador, e, de facto, houve este desencontro na Comissão de Orçamento e Finanças, em que de facto, não percebemos, eu ouvi, de facto, a senhora dizer, que estariam ali ao lado, eu não associei e penso que ninguém associou.

Ao mesmo tempo, nós nos dirigimos aos serviços e a senhora que estava nos serviços disse que tinham enviado de facto, um email, é só para retificar. O senhor Vereador não vai ser sancionado!

**Mário Aranha (PS)** - De facto, na Comissão, não tivemos ninguém presente, temos algumas dúvidas que não nos fazem mudar o nosso sentido de voto, porque o que nós estamos a tratar, estamos a falar de 1,5% sobre lucros pagos por empresas com faturações até 150 mil euros, portanto, estamos a falar de valores baixíssimos. Apesar de tudo, é para ajudar, no caso em concreto, são microempresas, as mais pequenas das microempresas, aqui, os esclarecimentos que nós queríamos era quantas empresas é que foram beneficiadas com esta medida de apoio e qual é que foi o montante total.

Não sei se o Executivo aqui presente, tem esses números?

Nos documentos que nos foram distribuídos não vêm, de qualquer das formas, tendo em conta que isto é um apoio a microempresas, obviamente, nós votaremos a favor.

**Susana Bicho (IL)** – Esta deliberação tem aqui alguma incoerência, porque o Executivo apresenta um diagnóstico económico realista, mas depois apresenta uma solução que é manter o doente a soro, enquanto lhe retira o oxigénio, porque apoiar empresas não é manter a carga fiscal no teto máximo, apoiar é aliviar, por isso, não percebemos como é que a narrativa é uma e depois a solução é outra.

**Vanda Pombo (SET V-25)** - No domínio da Derrama, o Município opta por manter a política fiscal do ano anterior, num contexto económico e numa situação financeira municipal particularmente exigentes.

Mantém-se a isenção total de Derrama, para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros e a taxa de 1,5%, que é o máximo legal, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para as restantes empresas.

Esta opção é particularmente relevante quando comparada com outros Municípios, alguns que optaram por não aplicar isenções, contudo, Setúbal escolhe proteger o seu tecido empresarial local, composto maioritariamente por micro e pequenas empresas, promovendo um quadro fiscal previsível e favorável ao desenvolvimento económico local, sem comprometer a sustentabilidade das contas municipais.

Num momento de contenção financeira, é uma decisão corajosa manter este equilíbrio, assegurando simultaneamente o apoio à economia local e a estabilidade da receita municipal.

**Presidente da Mesa** - Não havendo mais inscrições, o Executivo quer prestar algum esclarecimento.

**Vereador Paulo Maia** - Relativamente à questão dos 150 mil euros, foi o valor que já vinha do anterior, para se manter a isenção da derrama, 1,5% é a taxa máxima, como já foi dito.

Perguntou qual era o valor da derrama?

O valor da derrama no ano de 2024, foram 6 milhões e 308 mil euros.

Quanto às empresas que são beneficiadas com isto, não há um histórico, porque a transferência que vem das Finanças para cá, não traz por empresa, mas é uma das coisas que nós estamos à procura, porque eles não nos cedem esses dados, por proteções, mas temos de os encontrar, não para saber quem é que paga, mas para saber quem é que não paga, essa é que é a história que nós queremos ver, porque quem paga já está a pagar, portanto, agora pode haver aqueles que não estão, nomeadamente algumas que estejam a laborar no nosso Concelho e que não tenham Sede no nosso Concelho, portanto, é nesse aspeto nós estamos a procurar esse ponto.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões cinco Deputados Municipais, dois do PS, dois da SET-V 25 e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 10 do PS, 8 do SET-V 25, 6 da CDU e 1 do LIVRE, e 7 votos contra, 6 do CH e 1 da IL, conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**3. Delib. CM n.º 14A/2025/AM – Delib. CM n.º 127A/2025 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2025 – Aplicação da taxa do IMI Familiar**

**Luís Costa (CH)** – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da SET-V 25 e do LIVRE, as abstenções do PS, da CDU e da IL e o voto contra do CH, conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**Vitor Caldeirinha (SET V-25)** - Na questão do IMI Familiar, o Município decide manter integralmente o modelo do ano anterior de apoio às famílias, para que estas não sejam prejudicadas em termos de habitação e face às suas necessidades, portanto, no fundo é, quem tem um dependente, tem uma dedução de 30 euros, 2 dependentes 70 euros, 3 ou mais dependentes, 140 euros.

Esta decisão ou proposta, assume particular importância no alinhamento com a maioria dos Municípios Portugueses, apesar de alguns não aplicarem este tipo de benefícios fiscais às famílias.

Portanto, Setúbal reafirma aqui uma política fiscal orientada, para a proteção das famílias, reconhecendo o esforço acrescido dos agregados com dependentes, num contexto de forte pressão sobre o rendimento disponível.

**Fátima Calado Pereira (LIVRE)** - O LIVRE reconhece a intenção positiva desta medida e partilha o objetivo de apoiar as famílias no concelho de Setúbal, no entanto, entendemos que os critérios adotados não garantem justiça social, uma vez que se baseiam exclusivamente na dimensão do agregado familiar, ignorando o rendimento e a real vulnerabilidade económica.

Tem sido evidente que este tipo de medidas tende a beneficiar quem já tem maior capacidade financeira, deixando de fora, muitas famílias profundamente afetadas pela crise de habitação, por isso, consideramos que o apoio às famílias deve assentar em critérios mais justos e progressivos.

O LIVRE, opta pela abstenção, reafirmando a sua disponibilidade para trabalhar soluções que apoiem efetivamente quem mais precisa.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões cinco Deputados Municipais, dois do PS, dois da SET-V 25 e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 8 do SET-V 25 e 1 do LIVRE, 6 votos contra do CH e 7 abstenções, 6 da CDU e 1 da IL, conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**4. Deliberação n.º 15A/2025/AM – Delib. CM n.º 128A/2025 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2025**

**Luís Costa (CH)** – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da SET-V 25 e do LIVRE, o voto contra do CH e as abstenções do PS, da CDU e da IL, conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**Mário Aranha (PS)** - Relativamente ao IMI, portanto, é um imposto que incide sobre bens imobiliários, nós somos um País de pequenos proprietários, portanto, o Partido Socialista tem aqui uma posição bastante coerente, para nós os impostos são como “*sal na comida*” mais ou menos, estragam.

Impostos a mais sufocam a economia e os cidadãos, mas impostos a menos levam ao colapso os Serviços Públicos e uma regressão ao Século 19, portanto, relativamente a este tema existem, por exemplo, o adicional ao IMI, que são para propriedades acima de 1 milhão de euros, nós aqui no caso em concreto para Setúbal, sempre defendemos o abaixamento desta taxa, conseguimos fazê-lo no mandato anterior.

Neste caso em particular, para o ano de 2026, nós abstivemo-nos na Câmara e vamos também nos abster aqui em Assembleia Municipal, porque também foi por nossa iniciativa, que se vai fazer uma auditoria às contas da Câmara, que vão abranger não só o anterior mandato, mas também o mandato de 2017, para saber de facto, qual é a situação real.

Se a situação é assim tão grave como se pinta, se foi criada agora ou se já vem desde 2017, nós temos a firme convicção que já vem desde 2017, portanto, a escola de 2017 até 2025 foi a mesma, portanto, os orçamentos que também nos foram apresentados, e também as contas que nos foram sempre apresentadas sucessivamente, indicavam sempre os mesmos problemas, portanto, gastava-se, gastava-se, gastava-se, o investimento mínimo, falta de investimento privado, falta de investimento municipal, e foi isso que de facto, pode causar aqui constrangimentos de tesouraria, tendo em conta que o mandato ainda agora se iniciou, e tendo em conta que vai ser feita uma auditoria, onde vão ser apuradas as causas e a situação real e atual da Câmara Municipal, por uma questão de responsabilidade, nós vamo-nos abster.

Só para termos uma noção da responsabilidade que existe numa Assembleia Municipal, se a proposta de IMI não for aprovada, o IMI é cobrado pela taxa mínima de 0,3%, era uma coisa que nós adoráramos, é uma coisa que nós preconizamos, mas de facto, seria uma irresponsabilidade.

**Vitor Caldeirinha (SET V-25)** - No IMI, o Município opta por propor uma política de estabilidade e previsibilidade sem agravamento da carga fiscal global, mantém-se os incentivos à reabilitação urbana e à habitação permanente, bem como, a penalização de comportamentos indesejáveis, como a manutenção de imóveis devolutos ou em ruínas, portanto, a fiscalidade é usada de forma seletiva orientada para resultados e com o interesse coletivo em vista.

**Susana Bicho (IL)** – Mais uma vez estamos aqui perante uma deliberação onde o diagnóstico do Executivo é correto, mas a solução é punitiva. Realmente o Município reconhece a asfixia das famílias com a habitação e a inflação, mas manter a taxa não é a mesma coisa que manter o imposto, porque manter a taxa de IMI nos 0,37% é uma ilusão fiscal e eu explico porquê, porque existe uma coisa que é a reavaliação automática das casas feita pelas Finanças, e quando o valor base sobe, a taxa pode não subir, mas o imposto a pagar vai ser maior. Por isso, isto é um aumento silencioso da carga fiscal.

**Luis Costa (CH)** - Ora bem, nós temos estado aqui calados, porque primeiro que tudo o CHEGA, não concorda com o IMI, mas ele existe e nós não somos irresponsáveis.

Este e os outros assuntos deveriam ser debatidos na Comissão com factos concretos, porque é assim, antes de mais, nós somos responsáveis, se, de facto, a Câmara está atrapalhada neste momento com uma monstruosidade de uma dívida, de facto, nós aqui, não vamos exigir que ainda fiquem pior, agora precisamos de números, precisamos de saber valores, do que é que implica mexer na Derrama 1,5% sobre 150 mil euros ou acima de 150 mil euros, do IMI Familiar. Nós precisamos de dados para tomar uma decisão ponderadamente, porque à priori não, com toda a certeza, nós somos contra o IMI, é um dos impostos mais estúpidos que existe, em que, quando se compra uma casa paga-se o IMT, paga-se o imposto de selo, paga-se emolumentos, paga-se aos Bancos uma “*carrada*” de dinheiro, durante o tempo que temos a casa pagamos o dito IMI, e se tivermos a sorte ou a infelicidade de ter de vender a casa, ainda vamos pagar mais-valias, é daquelas coisas que, de facto, não lembra ao “*careca*”.

Portanto, é assim, nós aqui temos duas hipóteses, de votar novamente contra, ou de facto, abster-nos, com quase a certeza votar contra, na mesma.

Depois, no final, falarei com o senhor Presidente, para saber se é possível marcar uma outra Comissão, de maneira que, de facto, o senhor Vereador Paulo Maia, consiga estar presente e que nos possa esclarecer, já com dados concretos, se assim os nossos colegas da Comissão também o entenderem, para podermos tomar uma decisão bem ponderada.

**Vereador Paulo Maia** - Nós temos, neste momento, uma taxa de receita de IMI na ordem dos 19,5 milhões de euros, e se tivéssemos uma redução para 0,30% passaríamos para os 14 milhões de euros, estamos a falar nos 0,7 de cerca de 5 milhões de euros, portanto, esta é a perda esperada se não houver aqui a aprovação, conforme disse o senhor deputado Mário Aranha, vai ter que ser aplicado o mais baixo, e, como tal são 5 milhões de euros de receita perdida, relativamente ao orçamento que estamos a fazer, que tem de ser devidamente validada.

Portanto, a questão da Comissão, volto a dizer, os esclarecimentos, eu tinha-os todos para falar, houve aqui um mal-entendido de não ser explicado, de não ser colocado no dia, mas alguma dúvida que tenham, eu estarei cá também para poder dar essa nota.

**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. A Comissão querendo reunir, através do seu Coordenador comunica à Mesa, que convoca uma Comissão para esclarecimentos sobre os assuntos que entenderem, dentro do âmbito da Comissão.

**Mário Aranha (PS)** - Para complementar, o ponto de situação, por exemplo, o único Concelho aqui à nossa volta que tem um IMI mais alto é Sesimbra com 0,4%, mas, por exemplo, logo aqui ao lado, Palmela, 0,3% e Concelhos da dimensão de Setúbal até maiores, Almada, 0,35%, Barreiro 0,35% e Montijo 0,32%, que até é liderado agora por um Movimento Independente.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 11 votos a favor, 10 do SET-V 25 e 1 do LIVRE, 8 votos contra, 7 do CH e 1 da IL, e 18 abstenções, 12 do PS e 6 da CDU, conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata.

#### **5. Deliberação n.º 16A/2025/AM – Delib. CM n.º 129A/2025 – Participação Variável de IRS para o ano de 2025**

**Luís Costa (CH)** – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da SET-V 25, o voto contra da CDU e as abstenções do PS, do CH, da IL e do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**Vítor Caldeirinha (SET V-25)** - Na Participação Variável no IRS, a opção e a proposta é igualmente a manutenção da taxa, evitando transferir para as famílias, o esforço financeiro que o Município enfrenta, portanto, quando muitos Municípios optam por níveis mais elevados, Setúbal escolhe o equilíbrio, a estabilidade, a previsibilidade, protegendo os Municípios sem comprometer a sustentabilidade financeira.

**Susana Bicho (IL)** - A proposta que o Executivo nos apresenta hoje, assenta numa lógica de continuidade, que nós não podemos deixar de questionar, porque, de facto, formalmente é coerente e juridicamente válida a decisão de manter a taxa do IRS, no entanto, existe aqui uma ausência de elementos quantitativos nesta proposta, qual é que seria o impacto na eventualidade de fazermos uma redução do IRS, obviamente, não está em causa a legalidade da proposta, mas achamos que existe aqui uma falta de ambição, porque uma redução mesmo que moderada não colocaria em risco a sustentabilidade financeira da Autarquia e teria impacto direto no orçamento das famílias setubalenses.



**Mário Aranha (PS)** – Nós, Partido Socialista, mantemos uma posição coerente, seja aqui em Setúbal, ou seja, na Assembleia da República.

Nós, sempre defendemos um IRS também moderado, e só lembrar que em 2024, foi ainda um Governo do PS, que aprovou um Orçamento onde teve a maior baixa de sempre de IRS, cerca de 1,2 mil milhões de euros, nós também aqui em Setúbal, desde que me recordo, sempre que houve a possibilidade, sempre defendemos e conseguimos fazê-lo, baixar a Participação do IRS Municipal.

Também lembrar que entre 2017 e 2021, muitas das nossas propostas foram recusadas na altura pela CDU, e que felizmente, no mandato anterior com o apoio do PSD, conseguimos baixar esta comparticipação, portanto, obviamente e teoricamente, e também estava no nosso programa, nós queremos baixar esta taxa, mas infelizmente também devido às circunstâncias que também já expliquei na minha intervenção anterior de auditoria e de verificarmos qual é a atual situação financeira, penso que não seria razoável, nós defendermos uma baixa deste imposto.

De referir também que, mais uma vez, acho que o Partido Socialista, e acho que a própria Assembleia Municipal, vai demonstrar aqui alguma responsabilidade, porque se esta proposta não for aprovada, os setubalenses vão ter mais IRS, ou seja, a participação passa a ser em 5%, em vez de haver uma devolução de cerca de 2,5%.

Quanto à falta de receita que isto poderá causar, há várias vias para conseguir ser compensada, nós desde 2012, 2013, que nos vários fóruns, tanto na Vereação, como na Assembleia Municipal, defendemos que a Câmara tem de ser mais eficiente, ou seja, tem de fazer mais com menos, têm de entrar num ciclo virtuoso e sair do ciclo vicioso, o qual foi implementado em mandatos anteriores, nunca houve uma política séria de procurar fontes alternativas de receita.

Portanto, desde habitação a renda acessível, desde a atração de investimento privado, desde investir na melhoria dos serviços, na sua digitalização, mas foi sempre uma Câmara Municipal viciada em receita, tanto assim que, os últimos números que temos disponíveis, houve um aumento de 14% das receitas correntes, até outubro de 2025 a receita fiscal aumentou 22%, são 50 milhões de euros que a Câmara arrecadou só em impostos. E as receitas totais em final de outubro já batiam nos 137 milhões de euros, o que quer dizer que, no final de 2025 devemos atingir um nível de receitas da ordem dos 160 a 165 milhões de euros, o que é um número já bastante apreciável. Portanto, penso que a Câmara prescindir aqui de alguma verba, não é isso que vai colocar em risco, e sim, o IRS é pago por quem trabalha, e sim, nós mantemos uma posição coerente, tanto na Assembleia da República, como aqui em Setúbal.

É possível baixar, é possível apoiar quem trabalha.

Tendo em conta que não vai haver uma baixa, como nós defendemos no nosso programa e sempre defendemos, obviamente, não poderemos acompanhar votando a favor, mas tendo em conta as circunstâncias de início do mandato e da auditoria, nós vamo-nos abster.

**Vanessa Silva (CDU)** - Como penso que todos sabem, a CDU é contrária à existência de uma Participação Variável no IRS, para financiamento dos Municípios.

Os impostos recaem sobre o rendimento das pessoas, neste caso do IRS, no rendimento de quem trabalha e, portanto, nós também pensamos que as políticas globais, no âmbito da fiscalidade, devem adequar aquilo que é o peso que recai sobre o rendimento dos trabalhadores, ao serviço público que é prestado.

Lamentavelmente o Legislador fez recair o odioso nas Autarquias, tendo de prescindir de receita, para fazer face às necessidades de serviço público, ou fazer recair sobre as famílias.

E, portanto, nós não acompanharemos a proposta que aqui está, votaremos contra, porque pensamos que a receita de IRS deve ser arrecadada pelo Município, de forma que a sua gestão financeira possa ser equilibrada, tendo em conta que as mais-valias, que os trabalhadores cujos rendimentos, neste caso, são no fundo mobilizados para este fim, terão certamente muito mais benefícios pelo serviço público coletivo, que a arrecadação de receita permitida.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor do SET-V 25, 6 votos contra da CDU e 21 abstenções, 12 do PS, 7 do CH, 1 da IL e 1 do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**Presidente da Mesa** – Estamos mesmo a chegar ao fim da nossa Assembleia, mas não sem antes saudar o aniversário de uma das maiores instituições da cidade, que é o Porto de Setúbal, no seu 102º Aniversário, por acaso, achei estranho ninguém saudar o Porto de Setúbal, que é uma instituição que cresce com a cidade e importantíssimo para a cidade, e desejar um Santo Natal e um bom ano de 2026 a todos os deputados, com saúde e muita paz.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e uma horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e dois de dezembro, de dois mil e vinte e cinco.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão ordinária de 13 de fevereiro de dois mil e vinte e seis, contém trinta e quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Paulo Alexandre da Cruz Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Tiago Manuel Rodrigues Pereira

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.*

*Redação das minutas e revisão do texto integral por: Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa.*